



Departamento de Sociologia

Entre o silêncio e a memória:
As mulheres portuguesas que acompanharam os maridos militares na Guerra
Colonial

Maria de Fátima Chaves Carreiras

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia

Orientador:

Doutor José Luís Casanova, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Maio de 2013

RESUMO

Este trabalho aborda o tema dos papéis sociais das mulheres e dos relacionamentos sócio-afetivos no contexto da guerra colonial portuguesa, centrando-se nas trajetórias e vivências de mulheres que acompanharam os maridos militares (oficiais e sargentos), nas suas comissões em África. O objetivo geral é o de reconstituir o contexto em que estas mulheres decidiram viajar para África e, mais especificamente, analisar a relação entre as suas trajetórias biográficas, valores e orientações e os papéis sociais que desempenharam.

A recolha de informação teve por base uma abordagem qualitativa com recurso a doze entrevistas semi-estruturadas e fontes documentais, cujos resultados foram analisados recorrendo à técnica de análise de conteúdo através do programa informático MaxQda.

Os resultados obtidos apontam para a prevalência de motivações de tipo tradicional entre as mulheres de oficiais, a que se acrescentam motivações de tipo emancipatório entre as mulheres de sargentos e para a predominância dos papéis familiares de esposa e mãe durante a estadia em África. Esta experiência parece ter ocasionado entre as mulheres entrevistadas uma crescente consciencialização social: de uma situação caracterizada pela ausência de posicionamentos políticos fortes e desconhecimento face ao contexto da guerra, encontramos hoje mulheres que adquiriram orientações sociais proactivas, reflexivas quanto à sua posição e ao suposto esquecimento de que terão sido alvo.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres de militares; Guerra Colonial. Orientações sociais; Papéis sociais.

ABSTRACT

This work addresses the topic of women's social roles and emotional relationships in the context of the Portuguese colonial war, focusing on the life trajectories and experiences of women who followed their military husbands (officers and NCO's) in their deployments to the war in Africa. The general objective is to account for the context in which they decided to travel to Africa, and more specifically to analyze the relationship between biographic trajectories, socio-political values and orientation and social roles.

Data collection followed a qualitative research strategy, through twelve semi-structured interviews and documental sources, which were subject to content analysis with the MaxQda software.

The results point to the prevalence of traditional motivations among the wives of officers, supplemented by emancipatory ones among the wives of NCO's, as well as to the dominance of family social roles (of mother and wife) during the stay in Africa. This experience seems to have produced among these women a growing social awareness: from a situation characterized by the absence of strong political positions and lack of knowledge about the war, we find nowadays women with proactive social orientations, reflexive with regard to their position and the supposedly lack of recognition towards their participation.

KEYWORDS: Military wives; Colonial War; Social orientations; Social roles.

INDICE

ÍNDICE DE QUADROS	v
ÍNDICE DE FIGURASvi
LISTA DE ANEXOS.....	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – OBJETO DE ESTUDO E MODELO DE ANÁLISE	2
1.1 Definição do objeto e objetivos do estudo	2
1.2 Modelo de análise	4
CAPITULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS UTILIZADAS.....	8
2.1 A recolha de informação: documentos e entrevistas.....	8
2.2 Caracterização das entrevistadas e constituição do painel	10
2.3 Análise de conteúdo dos dados: procedimentos utilizados	11
CAPITULO III – CONTEXTUALIZAÇÃO: A GUERRA COLONIAL E A SITUAÇÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS	13
3.1 A sociedade portuguesa e a guerra colonial.....	13
3.2 O papel social das mulheres portuguesas durante a guerra colonial.....	15
3.3 Famílias de militares: a sua especificidade	19
CAPITULO IV - CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA, VALORES E MOTIVAÇÕES.....	21
4. 1 Caracterização e trajectória sociodemográficas.....	21
4.2 Orientações sociais.....	23
4.3 Valores e representações sociopolíticas.....	24
4.3.1 ‘Ingenuidade’ e ‘inocência’ em contexto de guerra.....	24
4.4 A decisão de partir: motivações	27
CAPITULO V - A VIDA EM ÁFRICA	31
5.1. A chegada: primeiras impressões	31
5.2 As relações familiares	32
5.3 A vida interior: sentimentos e emoções	34
5.4 A atividade profissional e a vida social	36
5.5 O regresso	39
CONCLUSÃO	42
BIBLIOGRAFIA	45
ANEXOS	47

INDICE DE QUADROS

Quadro1.4- Identificação das entrevistadas22
Quadro2.4 – Mapa de distribuição das mulheres pelas orientações sociais e classe social de origem.....	24
Quadro 3.4- Motivos para partir.....	29

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1- Modelo de Análise	6
-------------------------------------	---

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Guião de entrevista.....	48
Anexo B – A entrevista: objetivos/blocos/questões	50
Tabela B.1 -Objetivos/blocos/questões	50
Anexo C– Caracterização das entrevistadas: dados complementares	51
Tabela C.1- Dados complementares para a caracterização das entrevistadas	51
Anexo D – Tabelas de análise de conteúdo.....	52
1.Imagens do sistema de códigos (dados gerais)	52
Tabela D.1 - Bloco A (percurso pessoal)	52
Tabela D.2 – Bloco B (a vida em África).....	52
Tabela D.3 - Bloco C (regresso a Portugal)	53
2. Imagens do sistema de códigos (dados comparativos: mulheres de sargentos e de oficiais)	54
Tabela D.4 - Motivos que as levaram a ir pra as colónias	54
Tabela D.5 - Vida interior	54
Tabela D.6 - Esfera familiar	54
Tabela D.7 – Esfera social	54
Tabela D.8 – Esfera profissional	55
Tabela D.9 – Relação com a instituição militar	55
3. Dicionário de categorias/frequências	55
Tabela D.10 - Dimensões/categorias/frequências dicionário de categorias	55
4. Dados complementares sobre as mulheres que prestaram depoimentos.....	58
Tabela D.11 – Dados complementares sobre as mulheres que prestaram depoimentos	58
Anexo E – Curriculum Vitae	59

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o tema dos papéis sociais das mulheres e dos relacionamentos sócio-afectivos no contexto da guerra colonial portuguesa, centrando-se nas trajetórias e vivências de mulheres que acompanharam os maridos militares nas suas comissões em África.

Entre 1961 e 1974, durante os 13 anos que durou a Guerra Colonial que Portugal manteve na Guiné, Angola e Moçambique, muitas mulheres de militares Portugueses (sobretudo oficiais) acompanharam os seus maridos em longas comissões em África. Segundo alguns autores, esta situação reveste-se de grande singularidade, não sendo conhecidos muitos casos em que as mulheres e famílias tenham acompanhado os militares ‘para a guerra’ (Ribeiro, 2007).

E no entanto, apesar do interesse deste processo, verifica-se uma grande ausência de conhecimento e informação por parte das ciências sociais sobre o papel desempenhado por estas mulheres, cuja participação permanece largamente ‘invisível’, coberta por um silêncio que Manuela Cruzeiro designou como ‘demasiado ruidoso’ (Cruzeiro, 2004: 31). O trabalho de Margarida Calafate Ribeiro, que entrevistou mulheres que acompanharam os seus maridos militares durante a guerra colonial, constitui uma exceção (Ribeiro, 2007). Contudo, sendo uma referência importante e na continuidade da qual se realiza esta tese, esse trabalho incidu sobretudo em mulheres com qualificações relativamente elevadas, ficando assim por explorar casos de mulheres com outras posições sociais, o que se procura fazer no presente trabalho.

O objetivo desta tese é pois o de contribuir para colmatar lacunas existentes, através de uma análise das trajetórias e papéis destas mulheres, com diferentes posições sociais e casadas com militares diferentemente posicionados na hierarquia, no sentido de melhor compreender o seu contributo e protagonismo num momento crítico da história portuguesa. Pretende-se, concretamente, analisar a relação entre as suas trajetórias e perfil sociobiográfico, valores e orientações sociais e os papéis sociais que desempenharam.

Baseando-se numa metodologia intensiva, centrada em entrevistas e na respetiva análise de conteúdo, mas também nalguma análise documental, este trabalho assume um carácter exploratório, dada a escassez de trabalhos nesta área.

A estrutura da tese é a seguinte:

Num primeiro capítulo explicita-se o objeto e objetivos da pesquisa, identificando-se o modelo de análise adotado. Num segundo capítulo descreve-se a metodologia escolhida, incluindo as técnicas de recolha e análise de dados utilizadas, fundamentando essas escolhas. Num terceiro capítulo, enquadra-se o objeto de estudo do ponto de vista histórico e empírico, revendo-se o contexto político da guerra colonial, bem como a situação das mulheres portuguesas nesse período. Nos quarto e quinto capítulos procede-se à análise empírica das entrevistas realizadas e de testemunhos selecionados, seguindo um percurso cronológico na reconstituição das trajetórias e vivências desta mulheres. No capítulo 4 faz-se uma caracterização das entrevistadas, do ponto de vista da sua posição social e

trajetória mas também de orientações valorativas e posicionamentos sociais e políticos. Aborda-se aqui também a questão central das motivações da sua ida para África. No capítulo 5 faz-se um estudo das diferentes dimensões de análise retidas relativamente às vivências e experiência em África: as relações familiares, a vida afetiva, a atividade profissional, as sociabilidades, abordando-se finalmente a vida após o regresso a Portugal. Finalmente, na conclusão, sintetizam-se os resultados obtidos, mostrando-se em que é que contribuem para alargar o conhecimento deste tema.

CAPÍTULO I – OBJETO DE ESTUDO E MODELO DE ANÁLISE

1.1 Definição do objeto e objetivos do estudo

Este projeto centra-se na tentativa de perceber quem eram, de um ponto de vista sociológico, as mulheres que acompanharam os maridos militares para África no contexto da guerra colonial. O objetivo geral é o de reconstituir o contexto em que estas mulheres decidiram viajar para África e, mais especificamente, analisar a relação entre as suas trajetórias e perfil sociobiográfico, e os papéis sociais que desempenharam. A pergunta de partida pode colocar-se da seguinte forma:

Quem são e que papéis sociais desempenharam as mulheres que acompanharam os maridos nas suas missões militares em África?

Os objetivos específicos do trabalho são assim os seguintes:

- Identificar as trajetórias sociobiográficas destas mulheres em torno da sua origem social, percurso profissional e percurso escolar;
- Identificar os seus valores e representações, considerando as motivações para a ida, as representações sociais e políticas relativamente à guerra e as orientações sociais;
- Identificar os papéis que desempenharam no decurso da estadia em África, escrutinando as esferas familiar, social e profissional;
- Explorar a relação entre trajetórias, valores e representações, e o seu impacto sobre os papéis que desempenharam.

De um ponto de vista teórico, a análise será efetuada com base em contributos diversos, provenientes da sociologia das classes sociais, da análise de orientações valorativas, da sociologia das instituições militares e ainda dos contributos da sociologia da vida quotidiana.

Enquanto a perspetiva das classes sociais e da análise de valores sociais será sobretudo útil na caracterização destas mulheres do ponto de vista das suas posições, trajetórias e orientações, alguns elementos da sociologia das instituições militares serão utilizados para caracterizar a forma e desafios específicos das famílias militares de que estas mulheres fazem parte. Por seu turno, a sociologia da vida quotidiana guiará a análise das experiências e vivências dessas mulheres durante a estadia em África e após o seu regresso. Neste trabalho, procura-se a partir da análise de entrevistas e análise documental colocar em evidência traços marcantes dos papéis sociais que estas mulheres desempenharam e das suas vivências quotidianas no contexto histórico em questão, tendo simultaneamente em conta, como sugere Machado Pais, o universo social das micro e das macro estruturas (Pais: 1986; Giddens: 2004). Esta perspetiva contém necessariamente a procura de uma mediação entre os fenómenos vividos na vida quotidiana, e os fenómenos de natureza mais ampla, de

ordem demográfica, económica, política e social, onde se inclui a atividade profissional e social das mulheres.

O presente estudo desenvolve-se em torno de três eixos temporais fundamentais: a trajetória pessoal e familiar das mulheres, a sua permanência em África durante a guerra e o regresso a Portugal.

1.2 Modelo de análise

Mesmo tendo em conta o carácter exploratório do presente trabalho, é importante explicitar um conjunto de tipologias e conceitos que integram o modelo de análise desta investigação.

Uma vez que na questão de partida se propõe explorar o percurso sociobiográfico das mulheres entrevistadas, um dos elementos importantes deste modelo será a análise da sua classe social de origem. A diferente origem e localização dos indivíduos na estrutura social tem sido identificada como uma das mais relevantes dimensões na explicação dos fenómenos sociais (Almeida, Costa, Machado, 1988, 2006). Nesta medida, para a determinação da classe social de origem utilizar-se-á aqui a metodologia desenvolvida por João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luis Machado¹.

Por outro lado, na determinação dos valores e representações utilizar-se-á o conceito operativo “orientações sociais”, proposto por Casanova, para explicar os comportamentos sociais dos indivíduos, baseado no conceito de *habitus* de Bourdieu (Bourdieu, 1989). O autor pretende reforçar o carácter relacional, interactivo e dinâmico do conceito de *habitus* identificando dois tipos de orientações: a orientação da ação (proactividade/não proactividade) e a orientação relativa à desigualdade social (inconformidade/ conformidade). O autor produz dois indicadores que distinguem e delimitam à partida diferentes tipos de orientações sociais. Os dois indicadores considerados provêm de um questionário já aplicado em Portugal² e cada um deles propõe duas questões.³ A partir destas,

¹ Comumente denominada por ACM, esta tipologia resulta das iniciais de (João Ferreira de) Almeida, (António Firmino da) Costa e (Fernando Luís) Machado, os investigadores principais deste modelo de operacionalização de classes.

² A opção metodológica do autor, baseia-se numa estratégia extensiva, através da análise estatística de dados secundários resultantes da aplicação de um inquérito a nível nacional pelo INE e elaborado no âmbito do programa OBSERVA — Ambiente, Sociedade e Opinião Pública. Procurou-se perceber qual a influência das características sociográficas dos indivíduos na estruturação das *Orientações Sociais*, após o que se seguiu a avaliação da relação entre as diferentes orientações sociais e um variado leque de valores. Todo este processo foi realizado através do programa SPSS e recorrendo à análise trivariada onde se utilizou a modalidade estatística V de Cramer, coeficiente que mede o nível de associação entre variáveis (nominais ou ordinais).

³ No caso da orientação relativa às desigualdades as perguntas são: “É certo que as pessoas são diferentes umas das outras. Mas é sempre possível diminuir as desigualdades sociais entre elas,” ou “É certo que as pessoas são diferentes umas das outras. Mas as desigualdades sociais entre elas são inevitáveis”; No caso da

construiu um índice de orientação social que constitui uma variável nominal com as seguintes modalidades ideal-típicas: autonomia (igualitária proactiva), que “é a mais informada, opinativa, reflexiva e participativa, a que exhibe um grau mais elevado de ação sobre a estrutura (...)” (Casanova, 2004:180), independência, resistência, heteronomia (não igualitária e não proactiva) e exclusão, que observam menores graus de ação social estruturada..

Na opinião do autor, apesar de o carácter do seu estudo ser inicial, é possível afirmar que as orientações sociais consideradas tendem a desenvolver-se mais em determinadas condições sociais que noutras⁴, associando-se cada orientação social a um conjunto particular de valores e representações.

O conceito de papel social, por seu turno remete-nos, por um lado, para a ideia de conformidade normativa, perante a qual, no entender de Parsons e de Merton, o sujeito pode desempenhar diferentes papéis por ocupar diferentes posições sociais ou status. Dependendo de cada posição em que se encontre, o sujeito também pode desempenhar um conjunto de papéis por nessa posição se relacionar com diferentes tipos de atores (Parsons, 1937; Merton, 1949). Nestas perspetivas, que têm como base as teorias funcionalistas, o desempenho de papéis é condicionado e orientado não só pelos sistemas de regras que os especificam mas também pelas posições sociais ocupadas pelos agentes, as quais condicionam as possibilidades diferenciais de exercício daqueles papéis. Numa perspetiva oposta existe da parte de sociólogos defensores das teorias interacionistas uma ênfase no comportamento do sujeito na construção dos papéis sociais. Adquire aqui relevo a ideia de que a ação do sujeito é essencialmente o resultado de um processo de comunicação interpessoal, através do qual as pessoas se relacionam umas com as outras num determinado contexto social, em que o “eu” só ganha visibilidade no contexto da interação. Irving Goffman é um dos principais autores da linha interacionista que procurou compreender o modo como se estrutura a interação, designadamente a interação face a face, ligando-a aos processos da vida quotidiana, tendo em conta elementos como os olhares, os gestos, as afirmações verbais, os rituais, as rotinas e os posicionamentos dos atores para caracterizar essa interação, e ao mesmo tempo conferir sentido à sua ordem normativa. Muitas vezes esses rituais, ou regras sociais, de que os indivíduos se servem para a interação foram interiorizados sem que disso tivessem consciência. À semelhança do teatro, cada ator produz uma cena socorrendo-se de um ‘guião’ que orienta os seus papéis (a interação é encarada como

orientação relativa à ação: “A nossa posição na sociedade depende sobretudo de termos objetivos na vida e de nos esforçarmos por os atingir” ou “Por mais que façamos a nossa posição na sociedade depende sobretudo de coisas que não podemos controlar”.

⁴ As tradições sociológicas no que se refere às “condições sociais de vida” dividem-se em duas perspetivas: uma que associa a condição social dos agentes ao tipo de ação que desenvolvem e outra que a explica pelos constrangimentos inerentes à estrutura das desigualdades e funções sociais, constituindo estas duas dimensões o conceito de orientações sociais (a orientação para a ação, e a relativa à desigualdade social já referidas) (Casanova, 2004).

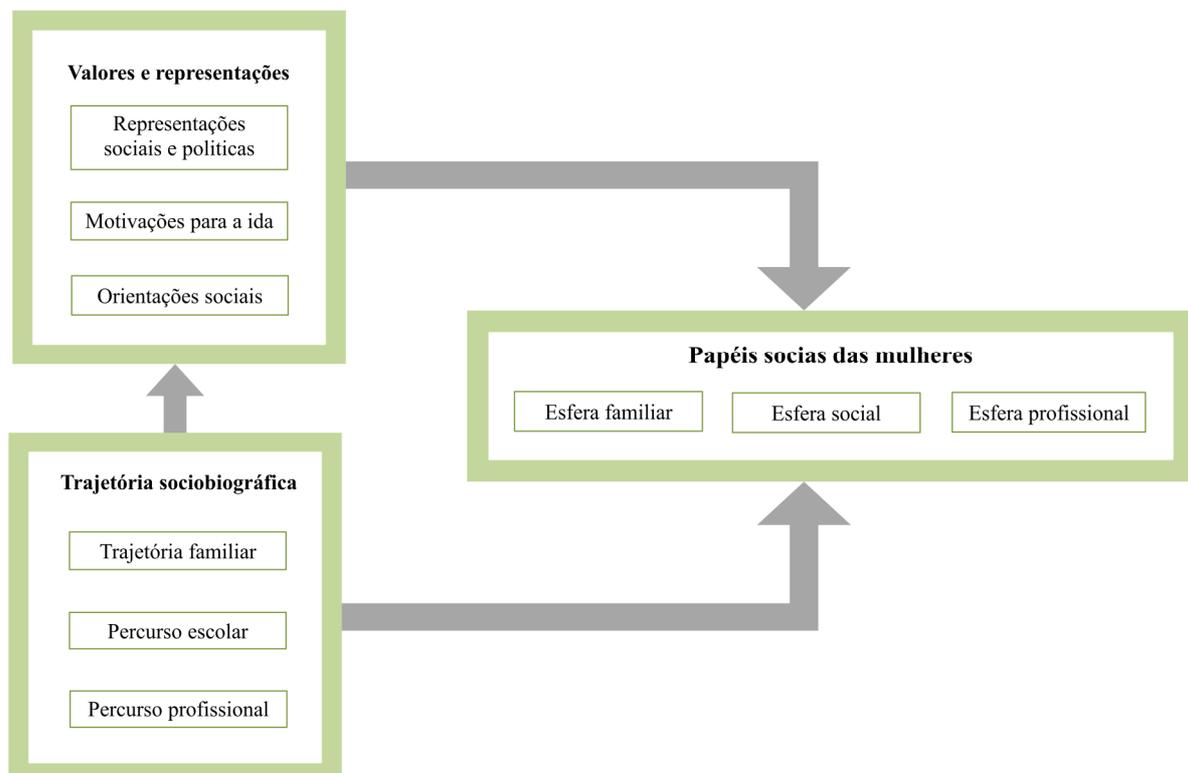
uma performance) em conformidade com dada situação, sendo tacitamente aceites pelas partes envolvidas (Goffman, 1973).

Na mesma linha de ideias, o psicólogo social George Mead, explicita o ato de interagir como sendo uma forma de um indivíduo testar a concepção que tem do papel do outro. Essa interação só é possível porque os indivíduos partilham conhecimentos que servem para se orientar no tempo e no espaço, categorizando objetos e pessoas, determinando o significado de gestos. Para este autor, a interação faz-se fundamentalmente através da linguagem (porque a linguagem organiza os conteúdos da própria experiência), tendo em conta a dimensão prática da vida social e ainda a dimensão relacional dos sujeitos em interação, acontecendo este processo dentro das expectativas validadas pelas regras do grupo social de pertença. Os sujeitos em interação constroem e são constituídos pela sociedade (Mead, G.1934).

Existem contudo situações em que a assunção de diversos papéis sociais pode originar conflito, devido à potencial incompatibilidade no seu desempenho simultâneo, ou de tensões derivadas das diferentes expectativas e exigências que lhes estão associadas.

Sendo o objetivo fundamental deste trabalho o de explorar a relação entre, por um lado, trajetórias sociobiográficas, e valores e representações destas mulheres e, por outro, perceber qual o contributo destas dimensões para a construção dos papéis que desempenharam durante a guerra, o modelo de análise a utilizar encontra-se representado no seguinte gráfico.

Figura 1.1- Modelo de Análise



De um modo global, relativamente à trajetória sociobiográfica, considera-se ter em conta duas dimensões: pessoal e familiar, em torno de aspetos como a escolaridade e a atividade profissional. Relativamente aos valores e representações, explorar-se-ão o contexto de partida para África e, em especial, a questão de saber o que levou estas mulheres a acompanhar os seus maridos, os valores e representações relacionados com a guerra e a política, as orientações sociais, e a forma como orientações e valores se foram manifestando ao longo de todo o percurso e influenciando as atitudes destas mulheres. No que se refere aos papéis sociais procurar-se-á investigar a forma que foram assumindo nos planos da vida familiar, da sociabilidade e redes sociais e ainda no plano profissional. Nesta dimensão de análise exploram-se as vivências e quotidianos durante a estadia em África, as relações e papéis familiares (conjugais e parentais), a vida interior, a atividade socioprofissional e, finalmente, o regresso a Portugal.

Para além de se proceder a estas caracterizações e descrições, interessa-nos perceber, concretamente, qual a influência da trajetória sociobiográfica e orientações sociopolíticas e valorativas nas opções e papéis que assumem. Nesta dimensão de análise procura-se averiguar questões como as seguintes: em que medida fatores como a classe social de origem, as qualificações ou o posto dos maridos se associam a formas diferentes de construção de papéis sociais? Será que as orientações sociais destas mulheres ajudam a compreender os seus percursos, atitudes e papéis?

CAPITULO II

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS UTILIZADAS

Os objetivos deste trabalho visam aprofundar o conhecimento sobre trajetórias, valores, representações e vivências das mulheres analisadas. Sendo as metodologias intensivas apropriadas ao estudo da significância histórica e cultural dos fenômenos, permitindo uma investigação em profundidade de variados aspetos ou características de um caso ou número limitado de casos (Ragin, 1984; Babbie, 1989), este tipo de estratégia parece particularmente indicada para a análise de um objeto ainda relativamente desconhecido como o que aqui se propõe.

2.1 A recolha de informação: documentos e entrevistas

Relativamente às técnicas a utilizar, o trabalho recorre centralmente à entrevista semidiretiva, complementada com análise de conteúdo, mas também à análise de documentos e testemunhos oriundos de fontes secundárias, neste caso os testemunhos reunidos e publicados por Margarida Calafate Ribeiro na obra “África no Feminino“, não sujeitos a análise específica pela autora.

A entrevista semi-diretiva constitui a técnica adequada a explorar o problema de pesquisa porque, baseando-se numa perspectiva intensiva, permite o aprofundamento da percepção do sentido que as pessoas atribuem às suas ações equacionando aspetos relacionados com as representações (opiniões, valores, atitudes, normas veiculadas por um sujeito), dando a possibilidade ao sujeito de se exprimir e ao entrevistador a circunscrição do tema em análise (através do guião de entrevista), tendo no entanto a possibilidade de poder introduzir novas dimensões para o estudo.

O recurso a fontes de informação orais justifica, no entanto, alguma reflexão tanto no plano epistemológico como metodológico: trata-se afinal de um método que permite ver o universal através do singular? Como descobrir o geral através do particular? Como é que a subjetividade característica de um testemunho oral pode constituir o suporte de um conhecimento científico?

A matéria-prima com que se trabalha é a memória, que parece ser, numa primeira abordagem, algo de íntimo, um fenómeno individual mas que pode ser também entendido como um fenómeno coletivo e social, tal como mostraram autores clássicos e contemporâneos, de Durkheim a Giddens.

Para Durkheim a nossa memória estruturar-se-ia de forma a inserir-se na memória da coletividade a que pertencemos, constituindo, afinal, uma memória coletiva, repleta de uma força quase institucional traduzindo durabilidade e estabilidade (Durkheim, 1977). Por sua vez, Giddens entende que se trata de um processo selectivo, correspondendo a princípios que orientam as práticas sociais, dando sentido à própria identidade do sujeito e tornando-se igualmente parte do processo explicativo da inserção social. Para este autor as estruturas não correspondem a práticas sociais padronizadas mas sim a princípios que orientam essas práticas só existindo como “traços da memória,

como base orgânica da cognoscibilidade humana e como ação atualizada na prática” (Giddens,1984:377). A identidade (ou identidades) é assim vista como “a subjetividade (self) compreendida reflexivamente pelo indivíduo (e não de uma forma passiva) em termos da sua biografia” (Giddens,1994:24).

Numa perspetiva idêntica, Ferraroti entende a biografia como a mediação entre o indivíduo e a sociedade, considerando que a subjetividade inerente à biografia individual se torna conhecimento científico uma vez que “cada comportamento e ato social aparecem nas suas formas mais úteis, como a síntese horizontal de uma estrutura social (...) o nosso sistema social encontra-se todo ele, inteiro nos nossos atos, nos nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos e a história desse sistema encontra-se na íntegra na história da nossa vida individual”. (Ferraroti,1983:23)

É neste sentido que se considera que entrevistar estas mulheres pode ser simultaneamente uma forma de indagar a própria história da guerra colonial, uma história largamente por escrever.

O guião da entrevista incluiu quatro blocos, organizados em torno dos três períodos retidos, antes, durante e depois da estadia das mulheres em África: A- Trajetória sociobiográfica; B- A vida em África (Contexto de partida; Quotidianos durante a guerra; Relação com a instituição militar); C- O regresso a Portugal; D-Valores⁵. Estes vários blocos de questões relacionam-se diretamente com o modelo de análise, ao operacionalizarem as grandes dimensões de análise retidas: Trajetórias sociobiográficas, valores e representações, e papéis sociais das mulheres⁶.

Para a realização das entrevistas, procedeu-se, em primeiro lugar, a um contacto prévio com as entrevistadas, altura em que lhes foi explicado o objetivo da entrevista, sublinhando a sua importância para a investigação em curso assim como a centralidade dos seus testemunhos. Foram também informadas do carácter anónimo da entrevista e obtido o seu consentimento para o modo como seria registada, através de gravação. Esta foi interrompida em três casos, a pedido das próprias, devido estarem a fornecer informação íntima e não considerada pertinente para a investigação⁷.

O local de realização das entrevistas foi (à exceção de duas situações que tiveram lugar num jardim público), nas suas residências, tendo tido uma duração média de cerca de uma hora.

Ao longo da entrevista procedeu-se ao preenchimento de uma ficha de registo onde, para além dos elementos de identificação sociobiográfica, se anotaram as reações, com base em atitudes e comportamentos, nomeadamente ao nível das suas atividades posturais/gestuais/expressivas que o seu

⁵ Anexo A – Guião da entrevista

⁶ Anexo B - Quadro B.1 - objetivos/blocos/questões.

⁷As mulheres entrevistadas estão identificadas em todos os excertos selecionados para ilustrar este trabalho: os seus nomes são precedidos das iniciais MT, significando “mulheres testemunhos”, às quais foi acrescentado um número indicando a ordem em que se efetuaram as entrevistas: MT₁-Joaquina, MT₂-Celeste, MT₃-Clementina, MT₄-Mariana, MT₅-Angélica, MT₆-Madalena, MT₇-Natália, MT₈-Hortensia, MT₉-Lurdes, MT₁₀-Veónica, MT₁₁-Joana e MT₁₂-Isaura.

próprio discurso ou a intervenção do entrevistador lhes suscitava, a fim de complementar a informação verbal. As entrevistas foram transcritas na íntegra e posteriormente sujeitas a análise de conteúdo.

2.2 Caracterização das entrevistadas e constituição do painel

Relativamente ao perfil das entrevistadas considerou-se pertinente diferenciar a posição hierárquica dos maridos uma vez que às diferentes categorias militares (oficiais, sargentos e praças) poderão corresponder diferentes atuações e condições no teatro de guerra, o que talvez implique não apenas uma diferente perceção da guerra por parte das respetivas mulheres, mas poderá também ter impacto nos papéis por elas desempenhados.

Do ponto de vista dos critérios de seleção das entrevistadas considerou-se o posto hierárquico dos maridos, sobretudo as categorias de sargentos e oficiais, como central para diversificar o painel. A presença de mulheres de praças neste movimento para África é muito mais rara dada a juventude dos elementos desta categoria e o facto de serem esmagadoramente solteiros, mas também porque as condições materiais dificultavam acrescidamente, neste caso, a deslocação das esposas. Nesta medida, a ausência de mulheres de praças no painel, decorrente da impossibilidade de encontrar potenciais entrevistadas nesta circunstância, não será muito relevante, por relação à sua idêntica raridade no universo.

Foram assim realizadas 12 entrevistas a 6 mulheres de oficiais e 6 mulheres de sargentos que acompanharam os maridos a África. Considerou-se ainda relevante o tempo de permanência em África, não devendo ser inferior a 6 meses. O processo de seleção de entrevistadas assentou no sistema de *Bola de Neve*, procedimento este que “envolve o uso de um pequeno número de informantes a quem é pedido que ponham o investigado em contacto com os seus amigos, que serão subsequentemente entrevistados, pedindo-lhes igualmente que indiquem outros amigos a entrevistar até que a cadeia de informantes tenha sido selecionada”(Burgess, 2001:59).

Já relativamente aos testemunhos publicados e compilados por Ribeiro⁸, num total de 21, selecionaram-se cinco. O critério foi o de escolher de entre aqueles que correspondessem a entrevistadas que se tivessem deslocado com os maridos aos teatros de guerra na Guiné, Angola e Moçambique, assegurando assim alguma diversidade. Quanto aos restantes requisitos a cumprir no

⁸ Sobre a forma como foram selecionadas as mulheres que prestaram depoimentos, a autora apenas refere que foram publicados 21 depoimentos, sem especificar qual o processo de seleção da amostra. Apesar de não referir estes aspetos, soube-se que realizou mais entrevistas (Informação transmitida pela autora numa conversa informal sobre os seus projetos no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), mas cuja publicação não foi autorizada pelas inquiridas aquando da leitura final, por considerarem ser um assunto muito sensível para as mesmas e por não haver ainda um distanciamento considerado suficiente para esta abordagem. Este posicionamento não deixa de ser curioso considerando que passaram trinta e cinco anos sobre os acontecimentos em causa.

âmbito do presente estudo, é de realçar que o tempo de permanência se encontra dentro do limite estabelecido, mas a diversificação hierárquica do marido não foi possível determinar por essa informação não ser explícita nos depoimentos⁹.

2.3 Análise de conteúdo dos dados: procedimentos utilizados

O procedimento utilizado na realização da análise de conteúdo foi efetuado recorrendo ao programa informático MaxQda¹⁰. Numa primeira fase do trabalho que compreende a análise de conteúdo assistida pelo programa informático, começou por se efetuar uma leitura sistemática das transcrições das entrevistas e dos depoimentos, o que permitiu o ajustamento das categorias de análise (previamente construídas a partir do modelo de análise e dos correspondentes blocos do guião, no qual se basearam as entrevistas efetuadas), a uma grelha definitiva com vista à sua inserção no programa informático. As categorias a analisar resultaram assim de um procedimento misto, (*a priori* e *a posteriori*), tendo sido fundamentadas teórica e empiricamente (Vala, 1987; Ghiglione, et al, 2001).

A partir desta fase, procedeu-se ao refinamento progressivo das categorias encontradas com base na seleção de informação mais pormenorizada procedente de informação empírica, a fase da codificação¹¹.

⁹ No anexo C pode consultar-se o quadro C.1- Dados complementares para a caracterização das entrevistadas.

¹⁰ A utilização de programas Informáticos CAQDAS (*Computer-aided qualitative data analysis software*), onde o programa aqui utilizado, se insere, apresentam vantagens e desvantagens que o investigador deve saber encarar e ponderar. Em primeiro lugar, é de sublinhar que estes não constituem uma metodologia, são simplesmente um instrumento cuja finalidade é a de auxiliar a análise de dados qualitativos, que é inteiramente dirigida pelo investigador. Se, por um lado, estes programas apresentam inegáveis vantagens no auxílio obtido através da sua utilização, apresentam igualmente algumas desvantagens ou pelo menos, aspetos perante os quais se deve ter especial atenção. Quanto às primeiras, pode aqui salientar-se, a redução de custos, a economia de tempo, a possibilidade de explorar de forma sistemática as relações entre os dados, através da elaboração de uma estrutura formal que auxilia na construção de conceitual e teórica dos dados, e ainda a vantagem de se poder utilizar reportando-se a qualquer dos níveis de investigação empírica, funcionando como uma técnica “não-obstrutiva”, (Vala, 1987:106). Quanto às segundas, salienta-se os perigos de se analisar os dados qualitativos de forma quantitativa, a possibilidade de não existir o necessário distanciamento da parte dos investigadores face ao material a tratar e, ainda uma possível inibição da sua criatividade.

¹¹ O anexo D, apresenta uma tabela com os códigos criados (principais e secundárias), e as suas frequências, assim como o dicionário dos mesmos. Todos os fragmentos de texto selecionados a partir dos depoimentos analisados, se encontram identificados com três elementos: A numeração da entrevista (designada por MT_x, significando, por exemplo, Mulheres Testemunho n° 1, caso se trate da utilização do símbolo MT₁), seguida de uma letra que corresponde à primeira letra do nome da entrevistada, o código a que foram anexados, e o parágrafo que lhes corresponde no contexto do depoimento em causa.

É de sublinhar que procedimentos abertos de categorização e codificação como os adotados aqui correspondem em geral a um nível de investigação predominantemente descritivo (Vala, 1987:105), não existindo a intenção de descobrir covariações ou associações ou identificar relações de causa-efeito entre fenómenos, pois neste tipo de análise compreensiva não se pretende obter uma representatividade estatística, mas sim sociológica, o que se traduz na caracterização do painel selecionado, que é composto por um pequeno número de mulheres “socialmente significativas” relativamente à questão em estudo.

CAPÍTULO III

CONTEXTUALIZAÇÃO: A GUERRA COLONIAL E A SITUAÇÃO DAS MULHERES PORTUGUESAS

3.1 A sociedade portuguesa e a guerra colonial

Vida quotidiana e história não são duas dimensões irreconciliáveis. Pelo contrário, os modos de vida das pessoas são influenciados pelos contextos históricos, sociais e políticos que se podem traduzir, por vezes, em novos aspetos da vida quotidiana. Em Portugal, o período da guerra colonial que se desenrolou desde o ano de 1961 até 1974 permite ilustrar bem este entrosamento. Se, por um lado, a vida quotidiana dos portugueses, de uma maneira geral, parecia processar-se como se essa guerra não existisse, isto é, em termos políticos e através dos meios de comunicação pouco se falava da guerra, por outro lado, as pessoas que tinham familiares que efetivamente se encontravam no teatro de guerra não podiam deixar de viver essa realidade. Viviam-se, em Portugal, num regime de ditadura, e a guerra acontecia. Embora longe, os portugueses envolvidos, quer direta, quer indiretamente, sofriam com ela. Conforme nota Costa Pinto, “(...) Ainda que o impacto social, traduzido no aumento de uma opinião pública antiguerra, seja de difícil reconstituição, dada a natureza ditatorial do sistema político vigente em Portugal nesta época, a guerra e o seu cortejo de violência marcaram duravelmente a sociedade Portuguesa” (Pinto, 2001:48).

Durante os treze anos de guerra colonial, Portugal mobilizou militarmente o equivalente a cerca de 1% da sua população. Homens portugueses, dos 18 aos 40 anos, iam “às sortes”, expressão associada à inspeção militar, a fim de saberem se estavam aptos ou não para o serviço militar, e muitos deles participaram na guerra. Apesar de alguns autores indicarem que o número de mortos em combate poder ser considerado relativamente baixo - entre 8300 e 10000 - dada a extensão do período em causa (Pinto:2001), o impacto da guerra foi forte, sobretudo devido à longa duração do conflito e à dificuldade em perspetivar o seu desfecho. Considerando ainda que o número de feridos e mutilados de guerra se aproximou dos 28 000 e, segundo algumas fontes, existiriam ainda, em 1992, 140 000 pessoas com distúrbios psicológicos como consequência da guerra colonial¹² fica clara a importância e persistência dos seus efeitos¹³. Essa persistência é contudo marcada pelo silêncio que continuamente

¹² Albuquerque, Afonso et. al. *Revista de Psicologia Militar*, 1992, citado por Espírito Santo, 2003

¹³ Helena Neves (2004) refere cerca de 110 000 feridos e doentes, 4.000 deficientes físicos e aproximadamente 100 000 vítimas de stress de guerra (doença denominada por Desordem de Stress Pós-traumático (PTSD). Por sua vez, Luís Quintais, chama a atenção para a doença, que segundo este autor, se encontra indubitavelmente ligada à guerra colonial, e da qual são portadores e testemunhas, os ex-combatentes, que procuram cada vez aconselhamento médico. Tomando como referência o Psiquiatra Afonso de Albuquerque, que se dedicava ao estudo da PTSD, o historiador indica que embora não hajam estudos epidemiológicos em

se revela em discursos sobre a guerra colonial, sendo descrito, por exemplo, por Manuela Cruzeiro, como “camadas de silêncio” e “estratégias de ocultação” (Cruzeiro, 2004:31)¹⁴ e por Luis Quintais como um “silêncio efetivo”¹⁵ (Quintais,2000:140), (Ribeiro, Margarida:2004; Cruzeiro, Manuela:2004, Ribeiro, Jorge:2004; Lourenço, Eduardo:2004; Guerra:1994). Este silêncio revela-se quer durante, quer após o término da guerra, da parte do poder político, mas igualmente da sociedade em geral, e contribuiu para agudizar tragédias humanas que o regime sentia, afinal, “como um peso insustentável na “consciência da Nação” (Ribeiro, 1999:38). Ribeiro nota que mesmo a facção política de esquerda, que lutou contra o regime ditatorial vigente em Portugal antes e durante a época da guerra colonial, e fervorosamente clamou “Nem mais um soldado para o Ultramar”, após a revolução de 25 de Abril de 1975 calou e ignorou as “feridas de guerra”, relegando a famílias inteiras, a tarefa de lidar com as chagas daqueles a quem Jorge Ribeiro chamou “Os heróis do silêncio” (Ribeiro:1999). Por sua vez, Quintais conclui que todas as formas mais ou menos voluntárias de silenciamento de que têm sido objeto as guerras coloniais só se explicam pela “impossibilidade de nos confrontarmos com a atrocidade e a violência extremas que se inscrevem no tecido da sua história” (Quintais,2000:140)

Por sua vez, Eduardo Lourenço vai ainda mais longe, quando afirma que Portugal não soube nunca lidar com a sua história, comparando este silêncio a estratégias a que outros países souberam recorrer profusamente, designadamente à divulgação dos seus conflitos em forma de peças de teatro, cinema e literatura¹⁶, concluindo que, relativamente a Portugal, existe simplesmente uma “coerência mítica” ou uma “história ontologicamente imaculada” (Lourenço: 2004). Consensual com este ponto

Portugal sobre esta doença, é ainda assim possível extrapolar um número com base em estudos realizados junto da população americana, que rondariam os 140 000 ex-combatentes vítimas da PTSD. Estudos mais recentes indicam que também as mulheres, mesmo as que ficaram em Portugal, podem sofrer de “stress de guerra induzido”, doença com o seguinte nome técnico: Perturbação Secundária de Stress Pós-traumático (Albuquerque: 1997;Oliveira:2008)

¹⁴ Luís Quintais acrescenta outros exemplos de autores que denominam estes silêncios utilizando as seguintes expressões: “conspiração de silêncio”; “recalcamento e denegação”; “instauração da amnésia como dogma”; “tanta história para contar e tanto silêncio”.

¹⁵ Este historiador fala de um *silêncio efetivo* devido a considerar que o tempo da guerra colonial remete para uma história por fazer, sendo quase só tratado pela literatura contemporânea e também pela dificuldade em se aceder a fundos documentais sobre a guerra no sistema de arquivos do exército.

¹⁶ O autor refere dois romancistas portugueses que, segundo a sua opinião, “salvaram a honra do convento” escrevendo sobre a guerra que também viveram em termos pessoais, (Lídia Jorge em *A Costa dos Murmúrios* e António Lobo Antunes em *As Naus*), chamando, no entanto à atenção, que não foram essas as obras que os consagraram, nem poderiam ter tido, por si só, o impacto necessário para que a sociedade portuguesa não calasse as feridas de guerra. Também Manuela Cruzeiro, aumentando esta lista de contribuições sobre o tema, mais e especificamente, sobre o amor, refere a existência de obras essencialmente de natureza autobiográfica, (ressalvando que as poucas obras literárias centradas na vivência de mulheres que foram para as colónias, foram escritas por mulheres que para lá deslocaram, acompanhando os seus maridos militares, como é o caso de *Percursos do Luachimo ao Luena* de Wanda Ramos).

de vista Carlos Matos Gomes, acrescenta que a sociedade portuguesa “parece radicar na ideia de império que vive no fundo do imaginário coletivo português” (Gomes, 2004:173).

São, pois, vários os estudiosos que referem existir um duplo silêncio que, para além de contemplar o poder político, inclui a voz de inúmeros homens e mulheres que sofreram direta ou indiretamente com a guerra colonial.¹⁷

Quando, em 1974, as tropas voltaram para o nosso país, foi um retorno pacífico e estranho, tal como descreve Carlos de Matos Gomes: “a guerra colonial surge como uma estranha guerra que não gerou heróis, figuras referenciais, reconhecidas, nem entre os que a fizeram nem entre os que a contestaram, nem entre os que lhe puseram fim, nem nos postos mais elevados da hierarquia, nem nos mais baixos” (Gomes, 2004:136).

3.2 O papel social das mulheres portuguesas durante a guerra colonial

Nas sociedades ocidentais, após a revolução industrial e urbana, as diferentes identidades e papéis sociais de homens e mulheres construídas ao longo do tempo e em diferentes contextos foram tradicionalmente materializadas por uma distinção fundamental: o exercício predominante das funções ligadas à esfera pública por parte dos homens (que pressupõe entre outras atividades o exercício do trabalho remunerado), enquanto as mulheres se ligavam ao trabalho doméstico, portanto à esfera privada.

O papel social das mulheres na guerra, quer em Portugal, quer noutros países, circunscreveu-se, de uma maneira geral, a este modelo. O seu papel face à guerra assentou no exercício de tarefas de “retaguarda”, caracterizadas pela assistência moral e física aos soldados e suas famílias, quer através da participação em organizações apoiadas pelo Estado Novo, quer como cidadãs anónimas. Esta posição encontrava-se de acordo com os objetivos do regime político em Portugal que preconizava para as mulheres um papel social assente na família (essa “ficção bem fundada” de que fala Bourdieu), (Bourdieu, 2003) de mulher-mãe, que tal como a designação faz antever, constituía o suporte afetivo e organizacional da vida doméstica. Isto incluía tomar conta dos filhos e dos mais idosos, deixando para o homem o sustento familiar e outros interesses da esfera pública, tais como a entrada em cenários de guerra e políticos.

Durante o Estado Novo defendiam-se assim os princípios morais da família, estando o mundo do trabalho pouco acessível aos papéis que a sociedade propunha às mulheres. Esta dominante distinção de géneros estabeleceu também um sistema de valores hierárquicos nessas duas esferas,

¹⁷ Aniceto Afonso e Carlos Gomes discorrem sobre a natureza desta guerra concluindo que o que será mais correto é apelidá-la como “guerra colonial”, uma vez que “o domínio de qualquer país sobre extensões territoriais ou povos situados para lá das suas fronteiras naturais integrou sempre em movimentos de expansão colonial” (Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, 2000).

assim como uma hierarquia entre géneros: a esfera pública mais valorizada na medida em que contribuía como indicador relacionado com a produtividade.

Esta realidade social veio a alterar-se na segunda metade do século XX em Portugal, desde logo no período da guerra colonial, quando as mulheres foram impelidas a inserir-se no mercado de trabalho por força da saída dos homens para destinos de emigração na Europa e para a própria guerra. A entrada progressiva de mulheres na vida profissional, que se desenvolveu a partir desta época, viria a representar uma mudança de fundo na sociedade portuguesa, tanto do ponto de vista do estatuto social das mulheres, como das relações familiares e dos estilos de vida.

Nesta conjuntura, e apesar de no plano dos direitos das mulheres e mesmo da sua participação em organizações feministas o Governo do Estado Novo ter cimentado um retrocesso no que diz respeito ao envolvimento das mulheres, muitas delas tiveram um papel em que assumiam como fundamental a sua condição de sujeitos políticos, quer na esfera familiar, quer em esferas mais públicas, considerando as ações ao nível cívico, social e cultural.

No que se refere concretamente ao posicionamento das mulheres portuguesas face à guerra colonial, embora seja um tema que não tem sido objeto de particular atenção, existem contudo alguns trabalhos que permitem identificar diversos grupos de mulheres que assumiram também diferentes posições face ao conflito (Gorjão: 2002; Cruzeiro: 2004; Espírito Santo: 2003; Carreiras: 2010).

Um primeiro e mais significativo grupo coincide com “a esmagadora maioria das portuguesas, educadas na ideologia nacionalista do Estado Novo, coniventes com a política oficial, e que sofreram nos bastidores a tragédia da guerra, partilhando nos seus múltiplos papéis, a dor e o sofrimento que ela provocou” (Carreiras, 2010: 85). Este é o grupo menos estudado, mas relativamente ao qual se pode dizer que aceitaram resignadamente a guerra.

Um segundo grupo - o mais visível - foi constituído pelas mulheres que participavam nas estruturas formais do regime ou se organizaram em apoio ao esforço de guerra, no decurso do qual foram criadas em Portugal estruturas de apoio aos militares e suas famílias (apoio moral e social). Uma delas, conivente com o próprio regime, foi o Movimento Nacional Feminino. Criado a 28 de Abril de 1961, era constituído por mulheres portuguesas, voluntárias e oriundas de um meio social burguês, frequentemente ligadas a personalidades do Estado português, o que facilitou a eficácia das suas ações. Foram responsáveis pela impressão e distribuição de aerogramas, o suporte em papel, gratuito, que os militares e a população portuguesa utilizavam para se corresponderem. Instituíram as madrinhas de guerra (figura feminina que voluntariamente se oferecia para se corresponder com soldados), e fizeram-no apelando às mulheres portuguesas. Segundo uma das autoras que mais estudou este grupo, o movimento foi “mais forte, mais mobilizador, mais influente e com maior alcance, entre as mulheres portuguesas, do que qualquer outra das organizações femininas estatais” (Espírito Santo, 2003:19).

Um terceiro grupo foi o de mulheres que se opunham e resistiam à ideologia nacionalista do Estado Novo. Um exemplo de estudos em que se toma como objeto o protagonismo das mulheres

portuguesas na oposição ao Estado Novo é aquele realizado por Gorjão, em que a autora se preocupou sobretudo em analisar o protagonismo feminino na oposição política ao regime, procurando determinar “em que medida as mulheres foram de facto protagonistas autónomos e até que ponto os motivos e as circunstâncias da sua politização relevaram de comportamentos emancipados ou de “mimetismos” sociais (...)”(Gorjão: 2002:21).

Com a participação de mulheres nos seus vários papéis durante o período em análise, elas acederam a novas experiências no espaço público que, como afirma Vanda Gorjão “se não diluíram uma dominância patriarcal nos comportamentos e nas mentalidades, anteciparam e ajudaram a consolidar identidades femininas mais determinadas e independentes, originaram aspirações e expectativas mais igualitárias e deram expressão a novas representações sobre a condição da mulher” (Gorjão, 2002:53).

O quarto grupo que poderá identificar-se é o das mulheres que acompanharam os seus maridos para a guerra, sendo também um dos menos conhecidos. O que sabemos deriva sobretudo de testemunhos que foram publicados nas páginas de jornais e revistas, mas ainda pouco analisados de forma sistemática. Existem dois trabalhos que importa destacar: a obra *A Mulher Portuguesa na Guerra e nas Forças Armadas*, a qual reúne testemunhos recolhidos e organizados pela Liga dos Combatentes (Liga dos Combatentes, 2007) e o segundo é a obra “África no Feminino” de Margarida Calafate Ribeiro (Ribeiro, 2007) e na sequência da qual se inscreve o presente trabalho.

A questão inicial para a elaboração da obra de Margarida Calafate Ribeiro foi a seguinte: “Por que razão os homens portugueses levaram as suas mulheres para a Guerra?” (Ribeiro, 2007: 18), mas rapidamente a autora a transformou na questão “Porque é que as mulheres portuguesas foram para a Guerra com os seus maridos?” (Ribeiro, 2007:18), uma questão que retomamos no presente trabalho. Os depoimentos recolhidos por Margarida Calafate Ribeiro referem-se a mulheres portuguesas que acompanharam os seus maridos na Guerra Colonial, nas suas três frentes, mas importa começar por destacar que, na sua esmagadora maioria as mulheres dos militares que se deslocaram para as colónias permaneceram em Portugal, “ficando assim de fora todo o amplo corpo de mulheres – mães, mulheres, irmãs e noivas – que ficaram em Portugal compondo a *home front* de todas as guerras” (Ribeiro, 2007: 17). Segundo a autora, seriam raras as mulheres que viajavam sozinhas: a grande maioria viajava com filhos pequenos; eram oriundas de todas as regiões do país e viajavam em função de uma hierarquização relativa aos postos dos maridos; embora a maioria ficasse nas cidades muitas viveram no mato em casas próprias em pequenas povoações junto aos quartéis; houve também muitas desistências e falar de números parece ser extremamente difícil; muitas destas mulheres exerceram a sua profissão em África (designadamente como professoras do ensino primário ou secundário).

Notando que existia um discurso oficial que, embora longe de configurar uma campanha maciça de propaganda, sublinhava a importância dos papéis de suporte que as mulheres deveriam desenvolver no apoio à guerra, tanto na metrópole como em África (para onde poderiam ir as mulheres que encontrassem em si as qualidades morais e físicas suficientes para que esse sacrifício resultasse

num verdadeiro apoio), a autora interroga-se sobre se esta ida das mulheres para África corresponderia de facto a uma política traçada pelo regime no sentido de conciliar a missão familiar com a missão “civilizadora”. Existiram, de facto, durante o período do Estado Novo, medidas políticas com o objetivo de estimular as famílias para colonizarem África, através de legislação que encorajava a emigração para estes destinos, ao mesmo tempo que se esperava reduzir a emigração para a Europa (Ribeiro: 2006; Peixoto:2010). No entanto, o significado e o objetivo destas medidas são difíceis de interpretar. Nem os testemunhos das mulheres, nem a legislação existente parecem confirmar a existência de uma política coerente e sistemática. Segundo Ribeiro, a forma como a questão dos transportes para África foi abordada mostra que o apoio estatal ao envio de tropas e à manutenção do pessoal militar não parece ter assentado numa política articulada. A legislação existente datava de 1931, muito antes do início da guerra, e só foi atualizada por alguns decretos-lei relativos aos transportes das famílias (Ribeiro: 2006)

Apenas em 1969, altura em que já se verificava uma clara erosão pelos efeitos da guerra e era necessário atrair pessoal, é que os direitos e deveres relativos às famílias militares foram estabelecidos (incluindo o direito a transporte, assistência médica e alojamento). Mas mesmo neste caso, os apoios para transporte de família apenas se aplicavam às famílias de oficiais, tendo as famílias dos militares de outras categorias de suportar todos os custos. Considerando esta falta de apoios o movimento destas mulheres parece ainda mais enigmático (Ribeiro:2007). Contudo, poderemos pensar que foi exactamente essa falta de uma rede de apoio institucional que veio a estimular esse movimento.

Embora esteja muito por estudar, é reconhecido no entanto que a presença destas mulheres terá contribuído para alguma estabilidade, “aproximando assim a chamada “frente interna” da frente de guerra” (Ribeiro, 2004:15), não só porque com a sua ida mantiveram a família junta – o que nem sempre significou unida.

Do ponto de vista das relações afetivas e conjugais, esta situação revestiu-se de múltiplos impactos. Segundo Ribeiro, “muitos casais separaram-se no rescaldo da guerra, mas muitos mantiveram-se unidos, cúmplices desse tempo africano nem sempre fácil de contar aos filhos, outros foram lidando com situações complicadas, dramas psicológicos e desajustamentos que transformaram para sempre as relações familiares, ao transferir a violência da guerra para o espaço doméstico” (Ribeiro, 2007:12). No mesmo sentido, também Helena Neves, a propósito da influência dos conflitos bélicos nas relações amorosas, coloca a questão de se averiguar de que forma as representações sociais de sexo se alteraram, refletindo-se nas relações amorosas. Estas representações são, segundo a autora, “produzidas e reproduzidas num processo contraditório entre a comunidade do *habitus* que enforma a identidade feminina e a masculina (continuidade insistente na propaganda governamental dirigida à mobilização de homens e de mulheres) e as ruturas impostas pelas necessidades de guerra.” (Neves, 2004:43). Sublinhando a ideia de que o discurso governamental sobre a identidade de géneros era “um modelo de virilidade masculina e de abnegação feminina” e ainda, uma missão de dever patriótico e de *maternidade social* para mulheres envolvidas mais diretamente no esforço de guerra (por exemplo

para as mulheres paraquedistas), a autora mostra, contudo, que um outro ritmo e intensidade nas relações amorosas, fruto da separação ou do medo de perder o marido/namorado, pode ter alterado as relações conjugais, as quais terão passado a estar menos centradas em questões patrimoniais e mais individualizadas. Isto terá assim contribuído para uma alteração no papel social das mulheres. (Neves,2004:44).

3.3 Famílias de militares: a sua especificidade

As mulheres que são objeto de análise neste trabalho integram famílias a que a literatura especializada deu atenção diferenciada dada a sua ligação com as características da instituição militar. De um ponto de vista histórico, as relações entre esta e a família sempre se revestiram de aspetos conflituais, sendo conhecida a tradicional dificuldade de adaptação entre as exigências de estabilidade da vida familiar e as lógicas de permanente disponibilidade, mobilidade e risco que, em maior ou menor grau, sempre caracterizaram a profissão militar.

Trata-se de um antagonismo cuja configuração sofreu alterações, na medida das profundas transformações que nas últimas décadas se registaram tanto no que se refere à estrutura e modo de funcionamento das instituições militares como no que respeita à alteração dos modelos familiares e do padrão de participação social das mulheres. A ampliação de tais dificuldades deve-se, em larga medida, ao facto de, como salienta M. Segal (Segal: 1988) tanto as Forças Armadas como a família poderem ser consideradas instituições 'vorazes', numa aplicação do conceito '*greedy institution*' desenvolvido por Lewis Coser (Coser:1974). Na perspetiva desta autora, ambas são instituições que dependem fortemente do empenhamento dos seus membros e lhes impõem um elevado nível de exigências em termos de lealdade, tempo e energia, por contraposição a outras instituições que tendem a limitar essas pressões normativas, possibilitando aos indivíduos a conciliação de diferentes tipos de atividade e pertenças.

Não admira, portanto, que o tipo de exigências colocado pelas Forças Armadas, designadamente uma acentuada mobilidade geográfica, separação periódica da família em virtude de treinos, exercícios ou embarques, instabilidade de horários em certas funções, possível residência em países estrangeiros ou mesmo o risco de ferimento e morte, colidam com as necessidades e solicitações que a vida familiar impõe aos seus membros, tornando particularmente complexa e conflitual a arbitragem entre ambas as pertenças.

Num modelo de Forças Armadas tradicional, caracterizado por uma orientação 'institucional' (Moskos e Wood, 1988) (ou divergente), ou seja, construído de forma normativa em torno de valores tradicionais como honra, pátria e dever, e em que os membros da instituição são vistos como seguidores de uma 'vocação' (tendo especial peso as gratificações de tipo simbólico), as famílias dos militares eram habitualmente integradas no universo militar. Da esposa do militar esperava-se que desempenhasse diversas funções e atividades voluntárias relacionadas com o universo militar e por

vezes a promoção a altos postos poderia mesmo depender da forma como a esposa desempenhasse esses papéis (Moskos, Williams e Segal, 2000:23). Este aspeto, contudo, parece ter sido mais pronunciado entre os militares americanos que noutros países. O modelo ocupacional (ou convergente), por seu turno, é baseado já nos valores de mercado predominantes na sociedade civil, sendo a profissão militar vista como um emprego como outros e tendo os benefícios e gratificações materiais uma maior importância. Aqui, a família passa a situar-se no exterior da instituição, tanto do ponto de vista dos locais de habitação como da sua relevância para a construção da identidade militar. O caso português, embora claramente identificado predominantemente com um modelo institucional (Carreiras: 2007) corresponde a uma situação onde o papel das esposas nunca foi tão saliente. Por outro lado, a partir da década de 1960 as transformações que começaram a fazer-se sentir no papel social e na atividade profissional das mulheres foram conduzindo a uma progressiva alteração do modelo de relação entre a instituição militar e as famílias que se registava ainda durante a guerra colonial.

CAPITULO IV

CARACTERIZAÇÃO SOCIOGRÁFICA, VALORES E MOTIVAÇÕES

4.1 Caracterização e trajetória sociodemográfica

As mulheres entrevistadas são mulheres que nasceram nos finais da década de 1930 e que partiram para as Colônias com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos. Dos seus maridos, à data em que estas mulheres partiram, seis inseriam-se na categoria de oficiais e outros seis de sargentos¹⁸. O tempo de permanência destas mulheres nas Colônias (Angola, Guiné e Moçambique) varia entre os 6 meses e os 11 anos.

A sua formação académica situa-se entre a frequência do ensino básico¹⁹ e a obtenção do grau de licenciatura. Das que obtiveram aprovação ao nível do ensino básico, duas concluíram a 4ª classe, (Angélica e Isaura), outras duas o 5º ano, Clementina e Celeste, e uma terceira, o 7º ano, Madalena. Das restantes, quatro concluíram o curso do Magistério, Mariana, Hortênsia, Lurdes e Joana, e Joaquina obteve a certificação em Educadora Social²⁰. Apenas duas mulheres obtiveram o grau de licenciatura, Natália e Verónica.

Relativamente ao percurso profissional, verificou-se que Celeste e Angélica nunca exerceram uma profissão, Verónica e Madalena trabalharam como Secretárias, Joaquina como Assistente Social e as restantes cinco exerceram a profissão de Professoras. Só três trabalharam nas colónias: Natália, Verónica e Isaura, embora Joaquina tivesse ocupado parte do seu tempo a ensinar e apoiar as mulheres indígenas, aproveitando os conhecimentos obtidos através da sua formação académica, mas em regime de voluntariado e sem qualquer ligação institucional.

No que diz respeito às origens sociais das famílias destas mulheres verifica-se que quatro dos casos, referentes a mulheres de oficiais, se inserem nos “Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais” e nos “Trabalhadores Independentes”, isto é em classes melhor posicionadas na estrutura social. As restantes mulheres distribuem-se pelas seguintes origens sociais: Empregados Executantes, Agricultores Independentes e Assalariados Agrícolas. A seguinte tabela resume estes elementos.

¹⁸ Apesar de se ter localizado uma mulher cujo posto do marido era o de soldado, e que tinha aceitado o convite para ser entrevistada, não foi possível realizá-la devido a motivos de saúde da própria.

¹⁹ As entrevistadas indicam as denominações utilizadas na época para definirem o grau de escolaridade frequentado: desde a antiga 4ª classe do ensino primário até ao 7º ano do ensino secundário.

²⁰ A entrevistada refere que no curso de Educadora Social se lecionavam matérias relacionadas com a vida familiar, como por exemplo como tratar das crianças, enfermagem, etc., e que se destinava às mulheres residentes no meio rural com o objetivo de “elevá-las” e dar-lhes alguma cultura. Foi extinto após o 25 de Abril por ter sido considerado de cariz fascista.

Quadro1.4- Identificação das entrevistadas

Identificação da Entrevistada	Escolaridade	Profissão	Classe social de origem	Posto do marido	Local	Tempo*
MT ₁ _ Joaquina	Curso profissional	Educadora social	AI	Tenente	Angola	4 Anos
MT ₂ _ Celeste	5º ano do liceu	-----	TI	Alferes	Angola	7 Anos
MT ₃ _ Rosa	5º ano do liceu	Comerciante em loja	EE	Furriel	Angola Guiné	7 Anos
MT ₄ _ Mariana	Curso do Magistério	Professora	AA	Sargento	Angola	7 Anos
MT ₅ _ Angelica	4ª classe	-----	TI	Tenente	Guiné Moçambique	4 Anos
MT ₆ _ Madalena	7º ano do liceu	Secretária coordenadora de crédito	EDL	Alferes	Angola	6 Meses
MT ₇ _ Natália	Licenciatura	Professora	EDL	Capitão	Guiné	1 Ano
MT ₈ _ Hortênsia	Curso do Magistério	Professora	AI	Sargento	Moçambique	4 Anos
Mt ₉ _ Lurdes	Curso do Magistério	Professora	EE	Sargento	Moçambique Angola	9 Anos
Mt ₁₀ _ Veronica	Licenciatura	Administrativa em Instituição Bancária	EE	Sargento	Angola	1,5 Ano
MT ₁₁ _ Joana	7ª ano do liceu	Professora	EE	Capitão	Guiné	6 Meses
MT ₁₂ _ Isaura	4ª classe	Comerciante em loja	AA	Sargento	Moçambique	11 Anos

*O tempo de permanência nas colónias, indicado pelas entrevistadas, não inclui interrupções na estadia, como por exemplo, férias e deslocações à metrópole.

Legenda: EDL: Empresário, Dirigentes e Profissionais Liberais, TI: Trabalhadores Independentes, AI: Agricultores Independentes, EE: Empregados Executantes, AA: Assalariados Agrícolas.

Por sua vez, a trajetória sócio-biográfica que foi possível apurar relativamente às mulheres que prestaram testemunho das suas vivências nas colónias a Margarida Calafate Ribeiro, e se optou também por analisar neste trabalho, indica-nos o perfil de mulheres que nasceram entre os finais da década de 1920 e 1940, com formação académica de nível superior (com exceção de Ana, que apenas concluiu os estudos secundários) e que exerceram a profissão de professoras ou funcionárias em estabelecimentos de ensino das ex-colónias. As características sócio culturais das suas famílias de origem, detentoras de recursos económicos e culturais acima da média, (o que permitiu que as mulheres tivessem prosseguido os estudos), transpareceram em todos os depoimentos. Os locais e

situações onde conheceram e namoraram os maridos indiciam que estes se posicionassem num mesmo patamar sócio cultural.

4.2 Orientações Sociais

No que se refere às orientações sociais, optou-se por utilizar neste trabalho o quadro analítico referido anteriormente (Casanova, 2004). Como indicado pelo autor, em cada orientação social privilegia-se, relativamente às restantes, determinados aspetos, quer na esfera dos valores e representações sociais, quer no que diz respeito à posição e trajetória pessoal: de uma maneira global pode afirmar-se que o que caracteriza mais os sujeitos identificados com a orientação da “autonomia” (igualitários proactivos) é, por um lado, precisamente a sua maior autonomia, a sua maior capacidade de iniciativa, maior participação cívica e política, em suma o seu inconformismo. Por outro lado, associam-se a classes sociais mais bem posicionadas na escala hierárquica, sendo detentores de um grau académico mais elevado, ao mesmo tempo que atribuem uma maior importância à educação e à profissão. Aqueles que se caracterizam pela orientação da “independência”, (não igualitários proactivos), ainda que próximos dos anteriores, em termos de condições sociais mais favoráveis, distinguem-se destes por serem socialmente mais conformistas, pois crêem na inevitabilidade das desigualdades sociais e também por se distanciarem mais das normas e regras sociais, e também por se distanciarem mais das normas e regras sociais. Por sua vez, a orientação da “resistência” engloba sujeitos com menos aspirações profissionais e educativas que os anteriores, associa-se a classes sociais com menos recursos, mais conformados culturalmente, embora sejam igualitários e, portanto, inconformistas do ponto de vista social, são, em suma, menos proactivos socialmente e mais tradicionais. Finalmente os que se identificam com a orientação da “heteronomia” (não igualitários e não proactivos), caracterizam-se por um conformismo generalizado: trata-se de sujeitos mais passivos, pouco participativos e reflexivos, atribuindo menor importância à educação, com aspirações profissionais pouco elevadas e posicionam-se num patamar mais baixo na classe social.

Segundo o autor, pode afirmar-se que a orientação da “autonomia” é a mais estruturante no sentido em que evidencia maior capacidade de acção efectiva sobre a estrutura e contribui mais significativamente para os processos de reprodução e mudança social.

Na classificação das entrevistadas em termos desta tipologia de orientações sociais (Casanova, 2004), verifica-se que a maioria das mulheres se caracteriza por orientações sociais proactivas, o que se encontra em consonância com os resultados obtidos por Casanova, uma vez que esta constitui a orientação mais transversal a toda a população portuguesa. Importa contudo salientar que as mulheres de sargentos, situadas em origens sociais menos favorecidas (sobretudo EE mas também Agricultores) se distribuem mais entre a autonomia e a independência, enquanto aquelas cujos maridos se encontram

no posto hierárquico dos oficiais, elas próprias oriundas de classes mais favorecidas (EDL e TI) se distribuem pelas quatro orientações sociais aqui identificadas²¹. Verifica-se pois que as mulheres de sargentos apenas se situam em orientações proativas, distribuindo-se igualmente pelos polos igualitário e não igualitário, enquanto entre as mulheres de oficiais se encontra uma dominância no polo igualitário com alguma dispersão dos restantes casos por orientações não próativas. Por outro lado, verifica-se que embora as mulheres de oficiais provenham em geral de classes sociais com maiores recursos, aquelas que aqui se caracterizam pela orientação da “resistência” e da “heteronomia”, se encontram em níveis de escolaridade menos qualificadas. O quadro 2.4 esquematiza esta informação.

Quadro 2.4 – Mapa de distribuição das mulheres pelas orientações sociais e classe social de origem

Orientações sociais		Nome/ Posto do marido	Grau de escolaridade	Autonomia	Independência	Resistência	Heteronomia	Classe familiar de origem				
								EDL	TI	EE	AI	AA
Oficiais	MT ₁ _Joaquina	Curso profissional			✓						✓	
	MT ₂ _Celeste	5 ^o ano					✓		✓			
	MT ₅ _Angelica	4 ^a classe				✓			✓			
	MT ₆ _Madalena	7 ^o ano	✓					✓				
	MT ₇ _Natália	Licenciatura	✓					✓				
	MT ₁₂ _Joana	Curso do Magistério	✓							✓		
Sargentos	MT ₃ _Clementina	5 ^o ano	✓							✓		
	MT ₄ _Mariana	Curso do Magistério			✓							✓
	MT ₈ _Hortênsia	Curso do Magistério			✓						✓	
	MT ₉ _Lurdes	Curso do Magistério	✓							✓		
	MT ₁₀ _Verónica	Licenciatura	✓							✓		
	MT ₁₁ _Isaura	4 ^a classe			✓							✓

4.3 Valores e representações sociopolíticas

4.3.1 Ingenuidade’ e ‘inocência’ em contexto de guerra

Um dos traços mais transversais a todas as entrevistadas, e reconhecidamente assumido pelas próprias, foi o que designam como ‘inocência’. Inocência esta que, para além de se poder considerar como uma característica da juventude destas mulheres, se revela, efetivamente, em diversos campos das suas vivências: começando pela fraca noção da situação política do país, até ao desconhecimento da vida que as esperava nas colónias. As suas expectativas de vida surgiam inexoravelmente ligadas às suas recentes vidas conjugais, ao desejo de estarem o mais possível perto dos seus maridos, esperando quase uma “lua-de-mel”. Assim, a ideia que tinham sobre a vida nas colónias não incluía a ideia de

²¹ Nenhuma entrevistada se caracterizou pela orientação da exclusão (não respostas) e por esta razão não se encontra aqui identificada.

eventuais dificuldades, nem a de “guerra”, motivo pelo qual, os seus maridos se deslocavam. Como referem Joaquina e Isaura:

“Eu queria estar com o meu marido... na altura era jovem, e achava que ia ser bom estar com ele em qualquer lado. Que ia ser bom. Não pensava na guerra nem em dificuldades. Era a época da inocência...” (MT₁-J, B₁, 199);

“Quer dizer, todos iam. Não era que eu quisesse que ele fosse lutar mas eu era nova, não pensava nisso”(MT₁₁-I, B₁, 314)

Curiosa é a ideia de Vera que assume com veemência as suas expectativas perante a partida: *“Adorava de ir para o Ultramar! Achava que havia de ser uma coisa maravilhosa!”*(MT₁₀-V,B₁, 59), reiterando, tal como as outras mulheres, a ideia de que a ida do marido era natural: *” isso era como que um apelido, vai para a tropa e vai para o Ultramar.”* (MT₁₀-V,B₁, 60)

Se sentiram algum receio perante esta mudança de vida, só duas das mulheres o reconheceram, e, em ambos os casos, admitem que isso foi esquecido em prol de outras narrativas mais abonatórias, uma baseada em testemunhos de emigrantes portugueses nas colónias e outra na confiança na Instituição militar:

É o caso de Madalena e de Hortênsia: *“Em primeiro lugar, o meu objectivo era estar o mais perto do meu marido. Tinha algum receio, sabia que havia guerra, mas a minha vontade de ir superava tudo isso. Também sabia de portugueses emigrantes que estavam a viver em Angola, muito bem e sem nenhum problema com a guerra”* (MT₆-M, B₁, 287)

“Nem sei explicar, mas levava uma ideia de África associada ao medo. Pensei que eram muito atrasados, mas também pensei, “ora, ora, eles estão na África e eu vou ter uma boa vida ao lado do meu marido, quero é estar com ele. E depois, sabia que tinha o apoio da parte dos militares, todas as condições para viver bem.” (MT₈-H, B,308)

A confirmar este posicionamento, na pergunta sobre as suas reações quando souberam que o marido iria para a guerra, mesmo esta última entrevistada, Hortência, disse: *“Não tive receio nenhum, Nunca me passou pela cabeça qualquer coisa má.”*, ou Angélica, que tinha seguido o marido por várias localidades do continente e ilhas, como se esta mudança não pudesse implicar outras alterações nas suas vidas: *“Não, não... eu já estava habituada àquilo. Com a tropa era assim, andava sempre de um lado para o outro”*(MT₅-A, B₁, 103).

Existia como que uma aceitação desse cenário de lutas e sacrifícios, que implicava na maioria dos casos a separação de famílias, quer por parte dos militares que enfrentavam um cenário de guerra, quer das suas mulheres. Esta ideia encontra-se no espírito destas mulheres, quando falam na obrigatoriedade do alistamento nas Forças Armadas, ainda que o reconhecimento da possibilidade de fuga para outro país existisse, como indica Madalena - *“A guerra era assumida como uma inevitabilidade a que alguns se podiam eximir quando tinham familiares com potencial económico que lhes permitia ir viver pra outros países da Europa. (...)”* (MT₆-M, B₁, 435) A esse sentimento sobrepunha-se o reconhecimento da instituição militar como uma porta de entrada para um futuro

escolar e profissional assegurado principalmente por parte daqueles que não tinham poder económico, e ainda pela ideia do dever de defender a pátria, bastante divulgado pelo regime político vigente e inculcado em cada português. Existia como que um reconhecimento implícito de que o papel social das mulheres não contemplava um posicionamento político e muito menos alguma actividade a este nível, partilhado por estas entrevistadas, tal como testemunha Joaquina: “(...)nunca tive vontade de me meter na política. Só queríamos que não acontecesse nada aos nossos maridos. (...) Valorizávamos muito a parte social e humana, mas não nos metíamos na parte política.” (MT₁-J, D, 111). Mesmo Mariana, que cedo começou a ler o jornal *República* e a aperceber-se “de nomes da oposição” reconhece que “As mulheres não se metiam na política (...)” *Entre mulheres estávamos todas da mesma maneira, não sabíamos nada. E os nossos maridos, pronto, naquela atura tinham pouco para dizer, eles estavam pouco politizados (...)*” (MT₄-M, D, 111).

O silêncio que ainda rodeia uma boa parte dos protagonistas e situações vividas no contexto da guerra colonial, revela-se, por parte destas mulheres, como um frágil grito de revolta, por terem vindo a ser esquecidas, tal como revelam as seguintes entrevistadas:

“As mulheres dos militares, por aquilo que passaram, pelo que sofreram, deveriam merecer uma condecoração ou louvor ou uma palavra de apreço. Sobretudo uma palavra de apreço. Ficámos sempre à margem de tudo, nunca ninguém reconheceu o nosso valor por estarmos ao lado dos maridos. Estivemos sempre na sombra e precisávamos que alguém reconhecesse o nosso trabalho.” (MT₁ -J, F, 142);

“Não se fala muito delas, mas deveria falar-se, porque se não fosse o seu apoio, apesar de tudo o que se passou lá, acho que os seus maridos estariam pior.” (MT₅-M, F, 74);

“ (...) fico um bocado triste quando na guerra só se fala de homens. Os homens que estiveram na guerra e aparece o Otelo, o Matos Gomes e quem estava por trás dos homens? E as mulheres? Quando é que se fala das mulheres?” (MT₇-N, F, 103-104); *“Sei que o apoiei, apesar do ressentimento perante a guerra. Podia ter-me vindo embora e deixá-lo lá, mas sempre o apoiei. Não quero passadeira vermelha, mas ...”* (MT₇-N, F, 112)

Importa salientar que as percepções destas mulheres sobre a guerra decorrem sobretudo em episódios ocorridos em Portugal antes da partida e que denunciavam a dor das famílias que viam os seus filhos jovens partir, sem a certeza do regresso. Durante a sua estadia, essas opiniões traduziram-se, de alguma forma, numa tentativa de compreensão dos percursos efetuados pelos seus maridos, resultantes das experiências vividas em contexto de guerra. Nota-se, no entanto, que adquirem, nos anos de 1973/74, alguma consciência política, devido aos acontecimentos de cariz militar que possibilitaram o desenrolar das estratégias de luta dos movimentos de libertação, que, inclusivamente os seus maridos já não podiam ocultar e dos quais tinham igualmente uma maior percepção. De um modo geral, pode afirmar-se que a maioria destas mulheres não se envolveu ativamente na política ou em movimentos políticos.

Quando questionadas sobre a forma como se viam a si próprias perante os diversos papéis que

desempenhavam na época da guerra colonial e aqueles que desempenham no presente, as suas respostas variam diametralmente entre a conformidade e a revolta. Clementina chega à conclusão de que não sente “diferença na vida das mulheres antes e agora” (MT₃-C,D,192), assim como Madalena: “São formas de viver e de estar que se completam (...) dantes eramos educadas para viver de uma determinada maneira e agora temos mais autonomia, mas não quer dizer que dantes estivéssemos erradas” (MT₆M, D,55)

Numa posição bem diferente, a opinião de Natália reflecte uma posição de menor conformidade: “Nós éramos só a muleta, Nós éramos as esposas do Senhor Coronel... (...) Nunca gostei se ser identificada como sendo a esposa de... Lá está, nós não tínhamos independência, não eramos autónomas, como pessoas. (...)” (MT₇-N,F,114)

Um outro aspeto de representações sociopolíticas que emerge nas entrevistas refere-se à comparação entre a situação antes e depois do 25 de Abril. Comparando diferenças fundamentais entre valores e ideologias, as seguintes entrevistadas fazem um paralelismo, entre a vida política em Portugal, antes e após o 25 de Abril:

“Hoje está tudo muito melhor! (...) Naquele tempo não havia igualdade nem justiça!” (MT₁₀-V, D,129)

“Não foi de liberdade, o que se ganhou com o 25 de Abril, mas de libertinagem (...) foram-se os valores morais (...)” (MT₈-H, D, 78)

Da análise geral destes elementos de valores e representações sociopolíticas é talvez possível retirar a ideia de que a experiência vivida em África ocasionou entre estas mulheres uma crescente consciencialização social, ou seja, de uma situação caracterizada pela ausência de posicionamentos políticos fortes²², da referida ‘inocência’ e desconhecimento face ao contexto da guerra, encontramos hoje mulheres que adquiriram valores e atitudes que permitem classificá-las maioritariamente em orientações proactivas, reflexivas quanto à sua posição e ao suposto esquecimento de que terão sido alvo.

4.3.2 A decisão de partir: motivações

Dos fatores determinantes para a deslocação para as colónias destaca-se a vontade de viverem a vida conjugal, o amor que sentiam pelo marido/namorado. A história de vida de Joana constitui um

²² Importa contudo salientar que relativamente aos depoimentos recolhidos por Margarida Calafate, uma das diferenças entre estes e os das entrevistadas nas quais se baseia o presente trabalho, encontra-se no interesse em determinados domínios da esfera pública, como por exemplo a política. Em geral, quer os seus maridos, quer a sua família de origem, posicionavam-se politicamente, existindo seguramente uma consciência mais aguda e compartilhada do posicionamento político dos maridos, o que talvez lhes conferisse, como indica Vanda Gorjão, algum protagonismo neste domínio, pois há registo, num dos casos, de atividades de contestação no meio estudantil, (ainda anteriores à sua partida).

exemplo desta vontade, uma vez que partiu, deixando os filhos na metrópole, apesar de esta decisão ter sido muito difícil de tomar:

“Eu decidi ir porque o meu marido estava lá sozinho e eu queria viver com ele (...) eu não tinha ido a Angola, onde o meu marido já tinha estado, só porque no dia em que ele embarcou, nasceu o meu filho!” “Foi uma decisão muito difícil de tomar... [emociona-se] ... porque os meus filhos eram pequenos (4 e 5 anos), ficaram com os meus pais”.

No entanto, esta vontade de partir surgiu, em alguns casos, essencialmente como um sentimento de dever de acompanhar o marido, ou, no caso de terem filhos, de os educar o mais próximo possível do pai, demonstrando que a noção vigente na época, em que a ‘fundamental e nobre’ missão das mulheres, de ser esposa e mãe, e portanto, acompanhar o marido e manter a família unida, se mantinha presente no espírito destas mulheres:

“O dever que tínhamos de educar os filhos, tomar conta do marido, da família! Tudo isso era muito presente, nem precisava de ser falado, era um dado adquirido, era a moral da altura. Tudo se sobrepunha à nossa vida individual, aos nossos desejos, se os tivéssemos diferentes do normal. (MT7-N, F, 27);

“Foi, pronto, aquele enlevo de querer que o menino nascesse...”(MT4-M, B1, 61), confessa Mariana, que partiu ao encontro do marido, grávida de 7 meses e consciente dos perigos que a viagem poderia acarretar perante esse estado.

“Eu estava habituada a ir com o marido, não é? Para todo o lado! (...) Tratava-se da minha família, tinha que tomar conta. (MT5-A, B1, 21)

Já nos casos de Clementina e de Isaura, a par da vontade de viverem uma vida conjugal, são igualmente reveladas motivações que se prendem com a ideia de liberdade (ou libertação familiar) e da melhoria das condições de vida: *“Eu estava ansiosa para ir ter com o meu marido à guiné, pois se eu casei para ser livre (...)”(MT4-C, B1,143); “(...) quando fui para lá era muito melhor do que a que tive na aldeia, (...) não tinha esgotos nem nada. Sentia-me um pouco presa, amarrada àquela aldeia, enquanto que lá, era uma vida com muito boas condições em comparação com a da aldeia (MT11-I, B1, 183). Finalmente, Hortênsia destaca a segurança que sentia ao lado do marido como a razão principal da sua deslocação para Moçambique: “(...) Eu, ir com ele? Porque me sentia muito segura ao pé do meu marido. Nem medo de andar de avião tive, ia com o meu marido! (...) o meu marido, para mim, era como um rochedo!”.* (MT5-H, B1, 41)

Relativamente às diferenças encontradas entre as mulheres de sargentos e oficiais, destaca-se o facto de as mulheres de oficiais só indicarem como motivo para a sua partida o amor que sentiam pelo marido a par do dever de acompanhá-lo, com uma referência às necessidades de cumprir os deveres de parentalidade, relacionados concretamente com a vontade de manter a família nuclear próxima. Já as mulheres de sargentos, para além destes aspetos, indicam também soluções de vida que incluem a necessidade de libertação da família nuclear, a melhoria de condições materiais e económicas de vida e um desejo de aventura. O quadro 3.4, resume estes posicionamentos.

Quadro 3.4- Motivos para partir

Mapa da distribuição das mulheres testemunhos: Motivos que as levaram a ir para as colónias							
Posto	Nome	Motivações tradicionais			Motivações emancipatórias		
		Amor/ conjugalidade	Parentalidade /maternidade	Dever	Melhorar as condições de vida	Aventura	Liberdade
Oficiais	MT ₁ _ Joaquina	✓	✓				
	MT ₂ _ Celeste		✓	✓			
	MT ₅ _ Angelica	✓	✓	✓			
	MT ₆ _ Madalena	✓					
	MT ₇ _ Natália			✓			
	MT ₁₁ _ Joana	✓					
Sargentos	MT ₃ _ Clementina	✓		✓			✓
	MT ₄ _ Mariana	✓	✓				
	MT ₈ _ Hortênsia	✓				✓	
	MT ₉ _ Lurdes	✓	✓	✓			
	MT ₁₀ _ Verónica	✓					
	MT ₁₂ _ Isaura				✓		✓

As mulheres de sargentos, que se associam exclusivamente às orientações da “autonomia” e da “independência” partilham motivações “emancipatórias”, o que se encontra de acordo com a sua próatividade e o seu inconformismo social. No caso das mulheres dos oficiais que se associam a orientações para a autonomia verifica-se que isso não se reflete em motivações emancipatórias mas sim tradicionais, o que pode justificar-se pelo fato de terem assumido um papel social claramente mais dependente do marido (Ver quadro 2.4).

Por outro lado, a ideia transmitida sobre as condições de vida por emigrantes portugueses para Angola e Moçambique também era muito positiva, e, neste sentido, há que salientar os casos de Clementina e de Isaura, em que é nítida essa influência, apesar delas não a terem considerado como um fator que contribuisse para a sua motivação para partir.

Dos depoimentos publicados por Margarida Calafate Ribeiro, a análise de conteúdo realizada permitiu concluir que, em consonância com os motivos das mulheres de oficiais entrevistadas, todas apontam motivos de ordem pessoal, mais concretamente, motivos de ordem moral, quer se tratasse de uma decisão relacionada com o dever de acompanhar o marido, ainda que encarado de forma

“natural”,²³ quer se tratasse de sentimentos mais arrebatadores, tratando-se portanto, de motivações exclusivamente do tipo “tradicional”. Os seguintes dois excertos ilustram ambas as situações:

“Não foi uma decisão madura e pensada, mais um deixar ir porque tem de ser (...) na altura foi o que desejei fazer, (...) uma coisa que me pareceu ser a atitude mais natural.”, (Catarina, Bb₃, 28)

“Quando se está apaixonado vai-se até ao fim do mundo, e eu fui”. (Ana, Bb₃, 13).

Em qualquer caso, uma conclusão podemos extrair: da análise efectuada às entrevistas e depoimentos ressalta uma particular relação entre diferenças de trajetória familiar e social e a motivação para a deslocação, pois as esposas dos militares com o posto de oficial, restringem as suas motivações ao amor que sentiam pelo marido, ou ao dever acompanhá-lo, e às necessidades de cumprir os deveres de mulher e mãe, partilhando portanto um padrão de motivação que se designou como tradicional, enquanto as esposas de sargentos indicam, para além destas razões, o desejo de melhorar as suas condições de vida, de se libertarem de pressões familiares ou a necessidade de viver em liberdade, portanto, mais próativamente do que até então, ou seja, uma motivação de tipo emancipatório.

²³ Tal como se procedeu com as mulheres entrevistadas, todos os fragmentos de texto seleccionados a partir dos depoimentos analisados, se encontram identificados com três elementos: uma letra que corresponde à primeira letra do nome, o código a que foram anexados, e o parágrafo que lhes corresponde no contexto do depoimento em causa.

CAPITULO V

A VIDA EM ÁFRICA

Tendo analisado no capítulo anterior as trajetórias sociobiográficas e os valores e representações sociopolíticas, importa agora olhar mais de perto a forma como estas mulheres viveram a experiência colonial, e os papéis que assumiram. De acordo com o modelo de análise, investigam-se estes aspetos em torno das dimensões de análise retidas: esfera familiar e pessoal (relações familiares, sentimentos e emoções) e as esferas social e profissional (vida profissional, sociabilidades e redes de relações), através de um percurso cronológico que vai das primeiras impressões à chegada às ex-colónias até ao regresso a Portugal

5.1 A chegada: primeiras impressões

Começando por descrever as impressões das mulheres entrevistadas ao chegarem a África, percebem-se sentimentos partilhados pela maioria: algum receio, por estarem sozinhas com os filhos pequenos, por terem que se desenvolver numa terra estranha, “onde tudo era diferente”, sem conhecerem ninguém, pela natureza do clima, bem diferente do da metrópole. Como recorda Lurdes, ao chegar a Moçambique, „(...)até a cor das pessoas se estranhava“, (MT₉-L, B₁, 230), ou como testemunha Joaquina, que se deslocou para Angola: „Não sei, foi instintivo, o susto que tive quando cheguei! Tive medo, ninguém me fez mal, a vida corria normalmente, não havia conflitos entre as pessoas, mas fiquei apreensiva (MT₁-J, B₁, 121).

Se algumas das mulheres que se deslocaram para as colónias ficaram instaladas nas cidades mais desenvolvidas, como por exemplo em Luanda ou em Bissau, onde tinham as condições para viver comodamente, em casas alugadas pelas próprias ou cedidas pela instituição militar (fora ou dentro do quartel), como foi o caso de Joaquina, Celeste, Angélica, Madalena e Verónica, não foi, de todo, o caso de outras, que sofreram privações materiais. Viveram em alojamentos em condições precárias, tendo em muitas ocasiões que procurar ativamente outro teto, situação esta agudizada pelas diversas deslocações de povoação em povoação para poderem estar mais perto do marido, transferido para outras zonas em guerra. Tal como testemunha Mariana, que conclui nunca ter tido a sorte de ficar em grandes cidades, onde “se fazia uma vida em grande”:

“O meu marido teve que ser evacuado mais para sul, numa zona que era mesmo aldeia, uma aldeia que era nada, (...) não havia nada, não havia condições nenhuma, não havia casa! Nós fomos para quartos, de fazendeiros (...) era um quartinho pequenino e tinha uma casa de banho que era tipo poliban, tinha daqueles chuveiros tipo roldana, que era a sanita, tinha uma abertura ... servia logo para as necessidade e tudo”. (MT₄M,B₂, 36)

Uma outra mulher que quase nunca se mostrou satisfeita com os locais onde viveu, Clementina, apesar de indicar falhas materiais e de desejar um pouco mais de conforto, quando utiliza

as palavras “falta de condições” refere-se muito mais a diferenças culturais e de personalidade (como a falta de educação), entre ela e as pessoas que a rodeavam, que eram, na sua maioria, civis portugueses.

Por sua vez, Lurdes, apesar de reconhecer que não tinha boas condições materiais e que faltavam géneros alimentares, desvaloriza esses factos numa afirmação paradoxal:

“Não tinha casa, (...) não tinha um guarda-fatos, não ter um armário para guardar os pratos ou o açúcar... (...) queríamos comprar batatas e não tínhamos batatas, queríamos banana em África e não havia banana, queríamos ovos e não tínhamos um ovo, para fazermos a sopa tinha que ser com hortaliça desidratada, mas a minha sensação é que nunca nada me faltou e não estou a exagerar”.(MT₉-L, B₂, 22)

Apesar da falta de alimentos, verifica-se que aquelas mulheres que viviam com os filhos se preocupavam sobretudo com as suas necessidades alimentares, porque elas comiam “qualquer coisa.”(MT₄-M, B₂ 38; MT₅-A, B₂, 61)

Se, como afirma Ribeiro, a ida destas mulheres para África proporcionou uma maior estabilidade familiar e social aos portugueses deslocados na guerra, resta perguntar: mas a que preço? No ponto seguinte equacionam-se as relações familiares.

5.2. As relações familiares

Começando por abordar a atitude e opinião dos familiares destas mulheres sobre a sua decisão de partirem para África, verifica-se que só em três dos casos estudados foi sentida alguma resistência por parte dos familiares (pais). Trata-se de Mariana e Madalena, cujos pais tinham uma maior consciência da guerra e dos perigos pelos quais elas poderiam passar, e de Lurdes, a quem a mãe pediu para não ir. Esta última revela que o motivo da resistência da sua mãe se devia à distância/separação da filha. Também no caso de Angélica, na família „se preocupavam um bocadinho“ por este mesmo motivo, mas principalmente pela influência que o clima adverso da Guiné poderia ter na saúde do neto. No entanto, apoiavam a sua ida. Os familiares das restantes entrevistadas, consideravam que „era natural“ acompanharem os seus maridos, tendo, portanto, apoiado as suas decisões.

Quanto à influência que a deslocação para as colónias possa ter tido ao nível das relações conjugais, esse período foi considerado, para umas, com sendo uma fase áurea das suas relações afectivas, para outras como problemático. Nas palavras de Isaura: *“Foi uma maravilha, a minha relação com o meu marido, quando cheguei quase que não nos conhecíamos, quer dizer, conhecíamos de nos ver e ter falado lá na terra, mas eram as cartas que me diziam como ele era... deu tudo muito certo!”*(MT₁₁-I, B₂ , 9), ou Joana, *“ Tudo o que vivi lá não teve nenhuma influência na nossa relação (...) estive sempre tudo bem entre nós (...) talvez até tenha contribuído para nos aproximar mais”* (MT₁₂, B₂, 37). Para outras, contudo, esses foram tempos difíceis. Com uma vida conjugal pouco partilhada, o que fazia com que tivessem que se desenvencilhar sozinhas, estas mulheres viviam “com

o coração nas mãos”, pelo receio que sentiam de perder os maridos quando estes se ausentavam em “lutas incertas”, como as denominou Mariana (MT₄, B₂, 61).

Como atrás se referiu, manter a família junta, de facto nem sempre significou unida. O caso de Natália é disso exemplo, tendo a sua relação culminado num divórcio. Esta afirma que “*Havia alturas em que eu preferia que ele não viesse a casa, porque quando ele vinha a casa a euforia que ele trazia, a mim chocava-me muito*”(MT₇, B₂, 84). A este respeito lembra um episódio que a marcou, quando o marido trouxe para casa uma faca ensanguentada: “*Chorei tanto, quando vejo aquela faca... (...) aquilo era um troféu. Eu atirei-a para fora mas ele levou-a outra vez. Aquilo não tinha nada a ver comigo*” (MT₇, B₂, 118)

Uma outra mulher, Clementina, assumiu uma relação conjugal problemática com o seu marido, (a quem chegou a ser diagnosticada uma doença do foro psiquiátrico), de uma enorme dependência, “uma relação doentia” como ela própria a define sem que nunca tivesse feito nada para se libertar dessa relação, muito pelo contrário. Ela “carregava aquela cruz”, porque o marido precisava muito do seu apoio, afirmando que, sem ela, ele não poderia manter um mínimo de sanidade mental. Nas suas palavras, “*não se aguentava, ainda ficava pior (...) eu vinha embora e ele tinha uma recaída de certeza*”(MT₃,B₂,134). Clementina, assim como o marido, culpavam a instituição militar por não proceder adequadamente: assim, ela luta arduamente em sua defesa, procurando interceder junto das entidades médicas e de outros militares que poderiam ter alguma responsabilidade nas decisões sobre a conduta do marido, num corrupio, da metrópole para as colónias e vice-versa, dependendo do estado mental do marido ou até dos seus problemas a um nível institucional, uma vez que este chegou a ser tomado como refractário. (...) *Quanto tempo estive a viver com o meu marido, sozinha com ele bom, saudável? Uma pessoa boa, respeitosa. Seguidinho, seguidinho, eu não estive um mês, porque era vem 3 dias, vai 8 dias, vem um fim-de-semana. Nem de lua de mel. Esse primeiro ano de casada foi assim.*” (MT₃-C, B₂, 109).

Clementina revelou-se como um dos casos que assumiu plenamente um papel de esposa, uma vez que acompanha o marido em circunstâncias para ela adversas, tanto nas colónias como na metrópole: quando, por exemplo, ele foi evacuado temporariamente de Bissau para Lisboa, devido a um acidente, Clementina, já grávida do seu primeiro e único filho, regressou e fez questão de o visitar todos os dias, ainda que o desempenho dessa tarefa fosse para ela algo penoso e sentido como injusto: “*Eu chegava às 9H00 ao hospital e sentava-me ao lado do meu marido. Ao almoço traziam a comida ao meu marido e dava-lhe a comer e eu comia a minha sanduíche. Traziam o lanche para o meu marido eu não comia nada.*” (MT₃-C, B₂, 115).

Já no caso de Lurdes, os problemas ao nível das relações familiares centravam-se no acompanhamento dos filhos, sozinha, a viver situações complicadas, por falta de meios, “por más decisões”, pois um filho faleceu em África devido a doença (na sua opinião mal diagnosticada inicialmente) e conseqüentemente com um acompanhamento médico desadequado.

Aquando do seu deslocamento a Lisboa, para acompanhar o filho doente, deixou o seu outro filho com o pai, em Angola. Quando o pai teve que se ausentar para o mato, deixou, na sua opinião, a criança tão desprotegida que ainda hoje sofre por se ter sentido abandonado pelos pais:

“Uma criança, não ouvia a voz da mãe, nem nada...(…) ele ficou sem pais (...) foi aí que começou a minha complicação, e esperanças de melhoras do pequeno, nada, agente ficou desiludida... eramos jovens, mas quando começámos a entrar dentro do problema...”[Silêncio prolongado].(…) e estava o meu pequenino ali, na hora da minha maior angustia, (...) quer dizer, sem a gotinha de balsamo que podia mitigar a minha dor! Veio num barco onde punham os corpos do soldados...(…) tive dificuldades para arranjar uma gaveta no cemitério do Alto de São João (...) Portanto, eu desgastei-me ao longo daquele período, numa terra estranha onde não tinha ninguém de família, com os meus filhos, nas condições em que os tinha... (MT_{9-L}, B₂, 106)

De todos estes testemunhos ressalta a ideia de que existe uma regularidade na assunção de papéis direcionados para a família, o que é consentâneo com o padrão de motivações atrás referido. No entanto, algumas mulheres, como Celeste de Joana, assumiram esses papéis familiares mas de forma não ‘tradicional’, optando Joana por acompanhar o marido e deixar os filhos em Portugal e Celeste por se dedicar a uma família que considera de adoção e com a qual mantém relações até hoje.

5.3 A vida interior: sentimentos e emoções

Apesar da maior parte destas mulheres concluírem que a vida decorria “com normalidade”, é inegável que (à exceção de Verónica, que nunca deu conta da guerra, nem sentiu privações), sofreram intimamente, a diversos níveis: devido a terem vivido episódios marcados pelo medo (pois todas, em alguma altura, sentiram medo), e pela insegurança que advinha da guerra e que comprometia a estabilidade da sua família, mas também problemas do foro emocional, devido às fragilidades vividas em contexto conjugal.

Joaquina, fala no plural, quando diz que “(…) andávamos com os nervos em franja porque o marido poderia não voltar” (MT_{1-J}, B₂, 37). Relata depois um episódio marcante, principalmente para um dos seus filhos, que a partir dessa altura, ficou sem falar:

“Quando estive Henrique de Carvalho em 1974, na altura do 25 de Abril. (...) Tivemos dezoito horas debaixo de fogo consecutivo dos Movimentos de Libertação (...) Foi de tal ordem que caiu uma bazuca no quarto dos meus filhos e o tecto ficou destruído. (...) vi-os a lutar do meu quintal, com as balas a passarem-me à frente... Foi o caos. (...)A minha criança chorava, queria comer, era pequenina e eles mandavam logo uma rajada de metralhadora e nós calávamo-nos logo (...) deixou de falar(...) (MT_{1-J}, B₂, 93)

Salientam-se dois testemunhos marcantes, de mulheres que reconhecem ter sofrido um desequilíbrio psíquico, por não poderem suportar as atitudes dos seus maridos e o seu estado mental, alterado pelas vivências de guerra: “Eu vim pirada de lá” (MT₇, B₂, 115), afirma Natália. Por seu

turno, para além de admitir que “*de vez em quando tinha depressões*”, Clementina relata um episódio que demonstra a insegurança da sua vivência familiar:

(...) estava em casa com o meu filho e houve um dia que o meu marido chegou a casa, tirou as botas e a boina (...) atirou aquilo tudo pela janela fora, zangado com a tropa, (...) e entram-me uns doze militares bem armados e agarraram o meu marido por um braço e o meu marido não fez resistência nenhuma, na frente do meu filho. Lembro-me como se fosse hoje, eles a correr com as botas a bater, eu agarro o meu filho e a perguntar para onde levavam o meu marido e ninguém me disse nada. O meu filho a chorar muito. Foi um dia muito marcante. (...) (MT₃-C, B₂, 143)

Outra vivência marcante, que quase sempre acompanhou Clementina, prende-se com o choque de culturas, que ela sentiu, perante o relacionamento com os civis da metrópole:

“As pessoas passavam perto do meu quarto, que era de passagem, sem porta, quase nuas (...) não tinham principio de educação nenhuns (...) Eu cheguei a ficar histérica (...) eu ria à gargalhada e não me conseguia calar, as pessoas não percebiam, porque a educação não as atingia, para perceber o meu problema. (MT₃-C, B₂, 91)

Por sua vez, Joana, que reconhece igualmente ter começado a sentir-se “*um bocado mal, a tremer, e muito ansiosa*”, atribui-os essencialmente a “*um estado de ansiedade por ter deixado cá os filhos...*”. No entanto, também reconhece a necessidade premente que tinha de acompanhar o marido, “*de estar o mais perto possível dele*”, o que demonstra bem o conflito que sentia entre o papel de esposa e o de mãe. (MT₁₁-J, B₂, 36)

Também Lurdes se deparou com esse dilema, ainda que não assumido de uma forma frontal, transpareceu do seu testemunho, que o seu lugar era o mais perto possível do marido, apesar das situações penosas que passou, sozinha com os filhos.

E até Celeste²⁴, que gostou tanto de lá estar, tendo estabelecido fortes laços afectivos com os locais, ao ponto de ter “adoptado” uma criança a quem, ainda hoje chama filha, e com quem mantém uma relação próxima, reconhece “*Sou nervosa por causa de Angola, do que passei em Angola*”(MT₂, B₂, 117)”.

Mas é também inegável que, a par destes sentimentos tão negativos, as mesmas mulheres se sentiram protegidas tendo vivido épocas ou momentos de grande satisfação e prazer. Disso constituem exemplos os seguintes depoimentos:

“Quer dizer, nós estávamos na escola e ouvíamos os bombardeamentos. Eu estava lá quando o Amílcar Cabral foi assassinado. Eu estava lá quando aquelas enfermeiras páraquedistas, uma partiu em socorro quando um avião e uma hélice apanhou-a. Eu estava lá quando aqueles dois

²⁴ Há que referir que esta entrevistada evitou falar de assuntos penosos quer se relacionassem com episódios decorrentes da situação de guerra, quer com privações materiais ou problemas ao nível da família nuclear. Durante a entrevista, efectuou um telefonema para a filha, em Angola, como que para demonstrar a sua ligação afectiva.

oficiais paraquedistas foram abatidos pelos pretos. Apercebi-me, mas chegou a uma certa altura que já não... sabíamos que não podíamos passar dali, mas a minha vida era escola casa, casa escola (...). Sabia se alguém me fizesse mal, que havia proteção... mas aquilo era um povo tranquilo. (MT_{7-N}, B₂, 78)

“As pessoas, a terra, era uma coisa maravilhosa... o cheiro da terra... gostava tanto... a chuva cai meia hora, fica tudo molhado e depois vem aquele cheiro. Fabuloso! por causa do calor. A terra é cor de barro, a vegetação é muito luxuriante” (MT_{10-V}, E, 49)

5.4 A atividade profissional e a vida social

A maioria das mulheres entrevistadas não desenvolveu uma atividade profissional remunerada sistemática, tendo optado por (ou sido levadas a) concentrar-se na família, embora por razões diversas.

Como se viu no capítulo IV, duas das mulheres entrevistadas, Angélica e Celeste, ambas não próativas e socialmente mais conformadas (associadas à orientação da „resistência“ e „heteronomia“, respetivamente), nunca trabalharam, nem na metrópole, nem em África. Estas consideraram que dedicar-se às tarefas de ser mulher e mãe eram actividades suficientes para preencher o seu dia-a-dia, como revela Angélica: *“Tratava deles e à vezes íamos até à messe. Era uma vida boa” (MT_{5-A}, B₂, 46).*

Outras viveram situações idênticas, mas por não terem outra opção: foi o que se passou com Mariana, que não se encontrava em sítios onde pudesse leccionar, para além de ter que tomar conta dos filhos, e não ter possibilidades para outros apoios, tal como arranjar uma empregada: *Diziam, “ah, mas vocês tinham criados pretos”, não, eu nunca tive! Três a fazerem chichi na cama, (...) e a bebé, lavar fraldas, lavar lençóis, tudo na banheira... nunca trabalhei tanto na minha vida, como naquela segunda comissão! (MT_{4M}, B₂, 47).*

Clementina não trabalhou porque o marido não concordava que ela o fizesse. Assim, dedicou-se principalmente a tomar conta do filho e a apoiar o marido. Por outro lado, admite, tal como Joaquina e Hortência, que não tinham dificuldades económicas. Hortência terminou o curso do magistério em Moçambique e deu algumas aulas nesse âmbito, e Joaquina ocupou-se em apoiar as mulheres africanas, transmitindo-lhes saberes da sua experiência profissional, mas a um nível não institucional, afirmando, nunca ter tido *“(...) necessidade de ter uma profissão, nunca, (...)” (MT_{1-J}, B₂, 60).*

Na sua curta permanência, Madalena reconhece igualmente que, *“como a situação era encarada como transitória, não víamos necessidade de trabalhar”*, acrescentando que a sua relação com o trabalho foi *„sempre condicionada pela situação do marido, pois na fase final da comissão sofreu um grave acidente durante uma acção de patrulha de que resultou paraplegia”*. (MT_{6-M}, B₂, 39) Os seus relacionamentos eram essencialmente com mulheres de outros militares.

Por sua vez, Lurdes também estava ocupada com os filhos, não tendo leccionado senão um

ano, com o objectivo de ajudar financeiramente o marido, apoiando nos gastos que tinham nas suas deslocações à antiga metrópole em consultas médicas particulares.

Só Natália, Verónica, e Isaura, atrás identificadas com a orientação para a „autonomia“ e para a „independência“, portanto socialmente próativas, nunca pensaram sequer em não trabalhar, embora tivessem tido vivências bastante diferentes. Natália, porque achava aí a sua oportunidade de se emancipar, de ter alguma autonomia como pessoa, essencialmente porque precisava de ocupar o tempo e de se abstrair do seu relacionamento conjugal falhado, além de que não mantinha relações sociais muito mais alargadas que aquelas que tinha com os seus alunos, aos quais leccionava as disciplinas de desenho, agricultura, mecânica e ainda sobre a mocidade portuguesa. Relativamente às suas redes sociais, Natália indica que para ocupar o tempo que lhe sobrava fazia „crochet“, acrescentando que não se relacionava com as esposas dos outros militares, mais velhas que ela, a quem chamava *“as Capitoas e Cornélias: “Não ia à messe comer, porque o meu marido era muito ciumento. Era na altura os impedidos, aqueles que levavam as lancheiras é que me iam levar a comida a casa. Eu só tinha hipótese de ir ao quartel quando ele estava e eu ia com ele”* (MT₇,B₂, 64).

Verónica seguiu a sua carreira, encarando o trabalho igualmente como necessário à sua realização pessoal e naturalmente, continuou lá a trabalhar, privilegiando os seus colegas de trabalho, (para além de alguns portugueses e africanos que tinham ido para lá, pequenos, com os pais, como emigrantes), como suporte da sua rede social. Do seu trabalho e do convívio com os seus colegas, assumiu que foi o melhor tempo de trabalho que teve na vida e sublinhou o apoio e amizade que lhe dedicaram:

“ (...)“Era de uma pessoa sair à sexta feira, e os colegas do trabalho oferecerem-se para ir buscar a minha filha à ama, (quando o meu marido não estava), e iam buscá-la, também com a mulher deles e íamos todos para a praia e depois chegavam-me a "obrigar a dormir lá", nos fins de semana, para eu não ficar sozinha. (MT₁₀-V, B₂, 59).

A mesma posição tomou Isaura, que trabalhava numa papelaria, embora não fosse estritamente necessário fazê-lo, achava que devia estar ocupada com algo mais que cuidar dos filhos. Este trabalho também constituiu uma oportunidade para alargar as suas relações sociais, já de si fortalecidas devido ao facto de ter lá familiares a viver. Afirmando que nunca lhe faltou nada, descreve passeios na praia, festas com amigos e familiares, concluindo que tinha *“uma vida boa”*. (MT₁₂-I,E, 67).

No que diz respeito às relações sociais destas mulheres, verifica-se um aspeto transversal a quase todas elas: o seu convívio com os militares acompanha a estadia da maior parte destas mulheres (com exceção de Natália, Verónica e Isaura), culminando em muitos casos em amizades que se mantiveram até à data. No entanto, há que destacar um aspeto que constitui uma verdadeira diferença: se as suas redes de apoio eram constituídas por mulheres de militares - observando-se aqui a predominância do modelo institucional de famílias militares a que acima se fez referência - pelos civis provenientes da metrópole, e, em dois dos casos, por familiares que tinham emigrado, só duas das testemunhas entrevistadas desenvolvem uma ligação mais profunda com os “indígenas” para além

daquela que, evidentemente era esperada: o de serem seus subordinados, os seus *mainatos*, como muitas referem. Trata-se de Joaquina e de Celeste, ambas esposas de oficiais. Outras desenvolveram um relacionamento muito mais circunstancial e esporádico: Angélica e Natália. Das esposas dos sargentos, depreende-se existir uma ausência de relacionamento, distanciamento este consensual com as políticas do estado vigente, baseadas em hierarquias raciais e “civilizacionais” onde a separação dos brancos e não brancos, que assentava inclusivamente num sistema legal e jurídico diferenciado, acontecia em quase todas as esferas da vida pública e privada (Ribeiro, 2007; Peixoto, 2010).

Existe no entanto alguma ambivalência no posicionamento relativamente às situações de desigualdade, oscilando entre o reconhecimento da discriminação e da injustiça que muitas vezes se evidenciava, e a própria cumplicidade com essa situação. Destacam, curiosamente, uma distinção social no tratamento conferido aos indígenas: mais benevolente entre as classes médias e mais discriminatório entre as classes baixas. Tal como afirma Verónica, “(...) Apesar de haver muitas desigualdades sociais, (eu não disse que não contribuí para isso), mas eu na classe média não vi injustiça, se visse não gostava. (MT₁₀-V, B₂, 101). Minimizando o facto de existirem desigualdades sociais, Verónica situa-se aqui numa posição inconformista perante a desigualdade e socialmente próativa. Noutros casos, apesar de reconhecerem que “(...) aquilo lá era a supremacia do branco” (MT₁₀-V, B₂, 94), as entrevistadas afirmam nunca terem tido divergências com os “indígenas”, afirmando que, pelo contrário, os defendiam perante alguns abusos de poder que viam cometer por parte de emigrantes portugueses oriundos de classes mais desfavorecidas. Aliás, Verónica e Mariana adiantam uma explicação para este facto:

“Talvez por o meu nível social ser médio, as pessoas nunca hostilizavam os negros (...) os da classe baixa sentem-se inferiorizados e como se sentem, notava-se o seu racismo” (MT₁₀-V, B₂, 94)

“(...) de facto os negros não eram bem tratados por muitos brancos e até principalmente pelos brancos de uma categoria social inferior, que normalmente iam para lá e queriam emergir”. (MT₄-M, B₂,36).

Em síntese, vemos que no que se refere à questão dos papéis profissionais desempenhados por estas mulheres existem dois grupos distintos, com diferentes experiências face ao trabalho, embora em todos os casos em que se desempenhou atividade profissional, esta ter exigido a conciliação dos papéis familiar e profissional. Nestes casos o trabalho constituiu uma fonte de diversificação dos relacionamentos sociais, que de outra maneira se centravam em torno da comunidade de mulheres de militares e de outros colonos civis. Os relacionamentos com “indígenas” foram muito mais limitados, sendo tanto menos relevantes quanto mais baixo o posicionamento destas mulheres (e suas famílias) na hierarquia social, que aqui fomos analisando também a partir da categoria dos maridos militares. O facto de as mulheres de sargentos serem as únicas que declaram não ter tido quaisquer relacionamentos com indígenas é disso um exemplo.

5.5 O regresso

O regresso das entrevistadas à Metrópole processou-se sem grandes dificuldades de integração, num país onde as mudanças ocorriam vertiginosamente. Do ponto de vista laboral, as mulheres que já exerciam uma profissão, retomaram as suas atividades, (o que se encontra de acordo com a próatividade social característica das orientações sociais em que se posicionaram) com exceção de Joaquina, que optou por tomar conta dos filhos.

Apesar de o seu regresso se traduzir em expressões como “alívio” ou “já se podia respirar fundo”, globalmente, estas mulheres não deixaram de sentir saudades dos povos do “Ultramar”, a quem atribuíam traços de personalidade intimamente relacionados com a sua forma de viver e de sociabilizar, bem mais positivos que os das pessoas que cá vieram encontrar: eram muito mais abertos e amigos. Como refere Verónica, que reconheceu ter alterado em muito a sua forma de estar e de ver o mundo, ao estabelecer uma nova hierarquia de valores para a sua vida pessoal, como a amizade e a solidariedade, e descurando outros, aos quais daria mais importância antes desta experiência, nomeadamente aqueles ligados com questões mais mundanas como a moda relativamente à forma de “dever vestir, “dever estar”: *“Cresci muito! (...). Lá, a alegria das pessoas vinha de dentro (...) Lá, a vida era incomparavelmente melhor, a todos os níveis!”* (MT_{10_V}, E, 101)

Outras mulheres recordam com saudades aqueles tempos: Celeste, que afirma não gostar do que “Portugal se tornou”, sentiu ainda mais esta diferença no ambiente que a rodeava, para além das saudades da sua vida quotidiana em África, onde estabeleceu ligações muito fortes com pessoas que lá deixou; Hortênsia e Verónica, que concluem ter sido o melhor tempo da sua vida, “pois havia tempo para tudo e as pessoas eram fantásticas” (MT_{8-E}, H, 89). No entanto, apoiadas por familiares e amigos, souberam ultrapassar as saudades, tendo a vida decorrido “conforme o planeado”. Mesmo Natália, ainda que consciente de que a vida em África não tinha nada *“a ver com ela”*, recorda *“uma vivência dolorosa, mas muito rica sobre todos os aspetos”* (MT_{7_N}, E, 112).

No entanto, para quatro mulheres entrevistadas a guerra trouxe consequências menos positivas para o seio da família, são elas Natália, Clementina, Lurdes e Madalena. Natália e Clementina tiveram que lidar com a complicada situação dos maridos, que se traduziu em perturbações psicológicas e desajustamentos depois da sua participação na guerra. Ambas sentiram que os seus maridos se tornaram *“pessoas muito violentas”* (MT_{7-N}, B₂, 84) e (MT_{3-C}, B₂, 119), o que inviabilizou os seus relacionamentos, tendo Natália assumido o divórcio, como a única saída para a sua relação com o marido. Clementina continua a acompanhar o marido, apesar deste se encontrar internado numa instituição psiquiátrica, situação que esta inicialmente considerou como “um alívio”, mas que se transformou numa grande provação, como se percebe pelo seu desabafo: *“(…) está internado, e eu não o trago mais para casa, nem que eu tenha que trabalhar!. O castigo que me deram quando eu nasci foi eu andar de casa em casa, andar com o meu marido, sempre atrás do meu marido!”* (MT_{3-C}, E, 179)

Por sua vez, Lurdes, teve que enfrentar sérios problemas de saúde, pois atingiu “*um grau muito elevado de depressão e via a vida a preto e branco*”, culpabilizando-se por ter “*dado uma vida péssima aos seus filhos, pois chegava a casa, a minha cabeça parece que rebentava (...) não me exaltava com eles, nem gritava, mas emudecia, não tinha conversa, não queria nada, quando era no fim de semana, se pudesse eu punha-me na cama e não queria saber de mais nada. (...)*”(MT9-L, E, 121) Teve também que enfrentar sozinha as dificuldades do filho, que “*ficou muito traumatizado com a guerra*”, nunca conseguindo ter êxito nos estudos e permanece até hoje muito dependente dos pais. É com pesar que Lurdes reconhece que o marido não partilhava estes problemas com ela, dedicando-se unicamente à vida profissional, apesar de aceitar que estas atitudes por parte deste, se justifiquem por ser “*tradição*” (MT9-L, E, 122). Esta mulher conclui que da sua deslocação para as colónias lhe ficou “*todo aquele problema de me ter debatido com esses problemas a sós, sem o marido ao pé, (...) a minha juventude... que eu perdi (...) a vida altera-se (...)*” (MT9_L, E, 127)

Madalena regressou para casa da sogra, com o objetivo desta a ajudar a cuidar do marido, tetraplégico, em consequência de acidente na guerra colonial, tendo reentrado no mundo do trabalho e o seu marido também, embora deficiente em 90%. No plano das relações sociais, ambos mantiveram, durante muitos anos, contacto com oficiais milicianos com quem o marido se relacionava, hoje reduzidos aos contactos anuais do batalhão.

Um outro aspeto a referir, e que surpreendeu estas mulheres, foi o facto de se aperceberem da capacidade que tiveram de viver em África, rodeadas de perigos, dos quais, só cá, ao voltarem, se vieram realmente a aperceber. Tal como testemunha Joana: “*Eu agora tenho visto na TV aquelas reportagens sobre a guerra, e até me impressiona ver aquilo, e penso, "mas eu andei naqueles sítios! Como é que eu fui capaz de uma coisa daquelas?! Com dois filhos pequenos, que tinha deixado cá... olhe..."*”(MT12-J, E, 32)

Pode aqui concluir-se que apesar do regresso a Portugal das mulheres entrevistadas ter constituído algum “alívio” e, de um modo geral, terem sido apoiadas pelos seus amigos e familiares e terem conseguido retomar as suas vidas nas três esferas de ação aqui consideradas, algumas mulheres mudaram no que diz respeito aos papéis sociais que vieram a assumir: Joaquina não voltou a trabalhar tendo-se dedicado aos filhos e marido; Madalena apoiou o marido, deficiente em 90%, em consequência da guerra; Verónica passou a ser muito mais seletiva nos convívios assim como Celeste, uma vez que tiveram dificuldades de integração ao nível deste tipo de relações. Por sua vez, Natália

terminou o seu casamento. Relativamente às mulheres que prestaram depoimentos a Margarida Ribeiro, verificou-se que o seu regresso foi, em quatro dos cinco depoimentos analisados, sentido como difícil.²⁵

.....

²⁵ No anexo D (tabela D11) pode consultar-se um quadro-resumo sobre o que foi possível apurar neste domínio.

CONCLUSÃO

Com muito poucas exceções, o tema deste trabalho não foi objeto de atenção por parte das ciências sociais em Portugal. O silêncio da memória sobre a guerra colonial parece aplicar-se duplamente ao papel desempenhado pelas mulheres que acompanharam os maridos militares para África durante a guerra colonial. Nessa medida, tenta-se aqui alargar a visibilidade sobre um grupo de mulheres que desempenhou um papel importante durante a guerra colonial, proporcionando uma rede de apoio familiar aos militares portugueses, substituindo-se parcialmente, nesse papel, à própria instituição militar. Importa então examinar as principais conclusões do estudo na resposta à questão: *Quem são e que papéis sociais desempenharam as mulheres que acompanharam os maridos nas suas missões militares em África?*

Um dos objectivos deste trabalho era o de conhecer as trajectórias sociobiográficas destas mulheres. Neste aspeto, o seu perfil revela uma diversidade de situações, quer em termos de classe social de origem, quer de habilitações literárias e trajectórias profissionais. Existe contudo uma consistência a destacar entre as origens sociais e a situação de classe familiar, medida em torno do posto do marido: as mulheres de oficiais provêm de classes mais favorecidas (Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, Trabalhadores Independentes) e as mulheres de sargentos de segmentos de empregados executantes, agricultores e assalariados agrícolas.

Um outro objectivo era o de identificar os seus valores e representações, considerando as motivações para a ida, as representações sociais e políticas relativamente à guerra e as orientações sociais.

Do ponto de vista dos valores sociais e políticos vimos que embora algumas destas mulheres, provenientes de grupos sociais com maiores recursos de qualificação, tivessem já uma consciencialização da dimensão política da guerra e da situação no país, a maioria não se encontrava politizada e revelava um desconhecimento ou 'ingenuidade' por relação à guerra e aos acontecimentos políticos. Esta é talvez a maior diferença que encontramos entre os depoimentos de mulheres, em geral mais qualificadas, publicados por Margarida Calafate Ribeiro, e os testemunhos das entrevistadas neste trabalho, abrangendo mulheres de classes sociais menos favorecidas.

Já no que se refere às motivações que as levaram a acompanhar os maridos para África (numa situação em que não podiam contar com significativos apoios institucionais) verificamos que para a esmagadora maioria a ida foi resultado da pressão normativa de um modelo familiar tradicional (o dever de esposa e mãe), ainda que associado a um marcado romanticismo - motivações de tipo tradicional - mas para muitas foi também uma forma de conquistar maior autonomia e até uma 'libertação' - motivações de tipo emancipatório.

Da análise geral destes elementos de valores e representações sociopolíticas, e orientações sociais foi possível retirar a ideia de que a experiência vivida em África ocasionou entre estas mulheres uma crescente consciencialização social, ou seja, de uma situação caracterizada pela

ausência de posicionamentos políticos fortes, da referida ‘inocência’ e desconhecimento face ao contexto da guerra, encontramos hoje mulheres que adquiriram valores e atitudes que permitem classificá-las maioritariamente em orientações proactivas, reflexivas quanto à sua posição e ao suposto esquecimento de que terão sido alvo.

Um terceiro e quarto objectivos do trabalho eram o de identificar os papéis que desempenharam no decurso da estadia em África, escrutinando as esferas familiar, social e profissional e explorar a relação entre trajetórias, valores e representações, e o seu impacto sobre a forma como foram desempenhando esses papéis.

A forma como viveram a vida em África e os vários papéis que foram desempenhando no desenrolar do seu quotidiano – o de esposas, mães e profissionais, substituindo-se muitas vezes à própria instituição militar no apoio prestado - revelam situações ambivalentes e por vezes contraditórias: a memória das dificuldades e problemas na instalação, as carências materiais que complicavam o cuidado à família, os problemas afetivos e conjugais, as inseguranças da guerra que lhes despertavam sentimentos como o medo, o desamparo que comprometia a segurança familiar, coexistente com memórias de um mundo de sociabilidade fácil, de convívio e amizade, de vivências inolvidáveis.

Nas três esferas de atuação aqui analisadas (familiar, social e profissional), pode concluir-se que existe uma regularidade na assunção de papéis direcionados para a família. Sobressai, no entanto, no que se refere à questão dos papéis profissionais desempenhados por estas mulheres, que existem dois grupos distintos: o das que tiveram e o das que não tiveram experiência de exercício de actividade profissional em África. Mas mesmo nos casos em que se desempenhou atividade profissional, esta exigiu a conciliação dos papéis familiar e profissional. Nestes casos, o trabalho constituiu uma fonte de diversificação dos relacionamentos sociais, que para as restantes mulheres se centravam em torno da comunidade de mulheres de militares e de outros colonos civis. Os relacionamentos com indígenas foram muito limitados em geral, sendo tanto menos relevantes quanto mais baixo o posicionamento destas mulheres (e suas famílias) na hierarquia social. O facto de as mulheres de sargentos serem as únicas que declaram não ter tido quaisquer relacionamentos com indígenas é disso um exemplo, o que transparece na forma como se caracterizam em termos de orientação social já que metade delas se situa na modalidade não igualitária ‘independência’.

A situação após o regresso revela muitas das ambiguidades que se foram identificando. Se, de um modo global, a experiência de vida em África destas mulheres pouco veio a alterar os papéis sociais que assumiam antes da sua deslocação, houve contudo, alguns casos em que se registou uma profunda alteração, no plano familiar, marcando quotidianamente a diferença nas vidas dessas mulheres, fruto da desorganização das relações familiares ocorrida durante a estadia em África.

Dos relatos dos quotidianos e da apreciação global da experiência destas mulheres retira-se a ideia da existência de sentimentos e emoções contraditórias, de um tempo feito de experiências fortes e marcantes, de dor e de libertação, de memórias de guerra e insegurança mas também de um mundo

de convívio e sociabilidades 'irrecuperáveis'. Em síntese, contradições marcantes na vida destas mulheres mas igualmente características de um tempo de profundas mudanças na sociedade portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- Albarello, Luc et al (1997) *Práticas e Métodos de investigação em ciências sociais*, Lisboa, Gradiva
- Albuquerque, A., & Lopes, F. (1997), “Stress de guerra: a ferida encoberta”. *Revista de Psiquiatria*, 47-56. Disponível em: <http://www.actamedicaportuguesa.com/revista/index.php/amp/article/view/1209>
- Almeida, João Ferreira de; Costa, António Firmino da; Machado, Fernando Luís (1988), "Famílias, estudantes e universidade - painéis de observação sociográfica". *Sociologia, Problemas e Práticas*. Lisboa, pp.11-44.
- Babbie, Earl (1989) *The Practice of Social Research*, Belmont, California, Wadsworth Publishing Company.
- Bourdieu, Pierre, (1989) “ A génese dos conceitos de habitus e de campo”, *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- Bourdieu, Pierre (2003) *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Burgess, Robert G. (2001) *A Pesquisa de Terreno. Uma introdução*, Oeiras, Celta Editora.
- Carreiras, Helena (2010) “ A sociedade Portuguesa e a Guerra de África: o papel das mulheres”, in *Academia Militar, A Academia Militar e a Guerra de África*, Academia Militar e Prefácio.
- Carreiras, Helena, (2007), “As Forças Armadas Portuguesas: Mudança e Continuidade na Transição do Milénio”, em José Manuel Viegas, Helena Carreiras e Andrés Malamud (orgs.) *Portugal no Contexto Europeu, vol I Instituições e Política*, Lisboa, Celta, pp. 161-186.
- Carreiras, Helena, (2010), “A Sociedade Portuguesa e a Guerra de África: o Papel das Mulheres”, in *Academia Militar, A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, Prefácio e Academia Militar.
- Casanova, J. (2004) *Naturezas Sociais. Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora.
- Coser, Lewis (1974) *Greedy Institutions: patterns of undivided commitment*, New York, Free Press.
- Cruzeiro, Manuela (2004), “As mulheres e a Guerra Colonial: um silêncio demasiado ruidoso”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 68: 31-41.
- Durkheim, Émile (1977), *A divisão do trabalho social*, Lisboa, Editorial Presença.
- Ferraroti F. (1983) *Histoire et histoire de vie: le méthode biographique des sciences sociales*, Paris, Librairie des Meridiens.
- Giddens (2004), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goffman, E. (1973), *A encenação da vida quotidiana*. Paris, Minuit.
- Gomes, Carlos de Matos (2004), “Quotidianos da guerra colonial” in Nuno Severiano Teixeira e Themudo Barata (eds.) *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Gorjão, Vanda (2002), *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, ICS.

- Guerra, João Paulo (1994), *Memória das guerras coloniais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Lourenço, Eduardo (1999) “Uma cultura do Silêncio” in *Marcas da Guerra Colonial*, Porto, Campo das Letras S.A. Editores, pp 220-222.
- Mead, G. (1934). *Mind, self, and society*, Chicago: The University of Chicago Press.
- Merton, Robert K. (1949), *Social Theory and Social Structure*, Nova Iorque, The Free Press (3.^a ed. revista e aumentada, 1968).
- Neves, Helena, (2004), “Amor em tempo de guerra”, *Revista de Ciências Sociais*, Coimbra, CES, nº68, pp 43-64.
- Oliveira, Susana (2008) *Traumatização secundária das famílias dos ex-combatentes da guerra colonial com PTSD* Dissertação de Mestrado em Psicologia, Lisboa, FPCE-UL. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/803/1/16853_Tese%2520-%2520Susana%2520M%2520Oliveira.pdf
- Pais, José Machado (1986), “Paradigmas sociológicos na análise da vida quotidiana”, *Análise Social*, vol. XXII (90), 1.º, 7-57.
- Pais, José Machado, (2002) *Sociologia da vida quotidiana*, Lisboa, ICS.
- Parsons, Talcott (1937), *The Structure of Social Action*, Nova Iorque, The Free Press.
- Peixoto, C. (2011) Por uma perspectiva histórica pós-colonial, um estudo de caso: a ‘descolonização’ de Angola e o retorno dos ‘nacionais’ em 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa, 2010 – 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas [Em linha] Lisboa: CEA, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/2350>.
- Pinto, António Costa Pinto. (2001) *O Fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Quintais, Luis (2000) *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da História*, Lisboa, ICS.
- Ribeiro, José (1999) *Marcas da Guerra Colonial*, Porto, Campo das Letras S.A. Editores.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004) *África no Feminino: “As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial”*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, CES, nº 6 8,7-29.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2007) *África no Feminino: As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*, Afrontamento.
- Santo, Sílvia Espírito (2003), *Adeus até ao teu regresso. O Movimento Nacional Feminino na Guerra Colonial*, Lisboa, Livros Horizonte, Lda.
- Segal, Mady (1988) “The military and the family as greedy institutions”, in Moskos, C., Wood, F. (eds.) *The Military: More than just a job?*, Washington, Pergamon-Brassey’s.
- Soares, Alberto Ribeiro (coord), (2008), *A mulher portuguesa na guerra e nas forças armadas*, Lisboa, Liga dos Combatentes.
- Teixeira, Severiano Nuno; Barata, Themudo Manuel (coord (s)), (2004) *Nova História Militar de Portugal*, Circulo de Leitores.

ANEXOS

ANEXO A - Guião de entrevista

A Trajetória pessoal [Dados sociobiográficos]

1 Começo por lhe pedir que me fale de si... Qual foi o seu percurso? [Descrição da trajetória: onde nasceu e viveu; estrutura da família de origem e profissão dos pais; estudos, profissão actual: relação com o trabalho e a profissão: expectativas, ambições, projetos]

[Descrição da família]

2 Composição do agregado atual; se casada/união de facto há quanto tempo; percurso do cônjuge; idade e situação dos filhos; idades do marido e própria.

Em que circunstâncias conheceu o seu atual marido/companheiro? [Onde, quando, como?]

B. A vida em África

1.Contexto da partida

1.1 Como reagiu/o que sentiu quando soube que o seu marido iria para o ultramar?

1.2 Porque é que decidiu ir, quando e em que circunstâncias aconteceu?

1.3 E como reagiu a sua família à decisão? [Explorar atitude dos diferentes familiares e em particular dos mais relevantes se aplicável: pais]

1.4 Qual a perceção do perigo associado à ida (e em geral à proximidade da guerra)

1.5 Qual a sua opinião sobre a guerra? [explorar o tema da opinião sobre a guerra, expectativas, sentimentos...]

1.6 Como viajou? Com quem? Quando?

2. Os quotidianos durante a guerra

2.1 Trajetórias e atividades (Para onde foram; como organizaram a vida; onde viviam, com quem, quanto tempo lá estiveram, etc...) Que problemas e dificuldades; receios e preocupações sentiram?

2.2 Trabalhou? Onde, em quê? Porquê?

2.3 A que outras atividades se dedicou durante o período em que esteve?

2.4 Redes informais (com quem convivia, como...)

2.5 Como vivia os períodos de ausência do marido?

2.6 Se tem filhos, nasceram lá? Como foi viver com crianças em África? [Educação dos filhos, apoios recebidos, acompanhamento médico].

2.7 Comunicação com familiares/amigos em Portugal (através de que meios, qual o grau de dificuldade em comunicar, sobre que assuntos falavam ou escreviam)

[Exemplos e histórias marcantes, boas e más]

3. Relação com a Instituição Militar

[Apoios institucionais/informais à família e relacionamento com a instituição]

3.1 Tiveram algum tipo de apoio (de tipo social...) do Estado ou das FFAA? (ex: subsídios para a viagem, apoios em serviços: hospitais, estadia, casa...)

3.2 Sentiu necessidade de apoio por parte da instituição? Que tipo de apoio?

.

C. O Regresso a Portugal - A vida depois da guerra

1. O regresso (como, quando... sentimentos à chegada; relação conjugal; adaptação à nova situação; empregos, amigos, contactos com pessoas que conheceram em África, etc...)

2. Gostaria de voltar/voltou a África?

D. Valores (e papéis sociais)

1. Orientações sociais (indicadores):

“É certo que as pessoas são diferentes umas das outras. Mas é sempre possível diminuir as desigualdades sociais entre elas.”

Ou

“É certo que as pessoas são diferentes umas das outras. Mas as desigualdades sociais entre elas são inevitáveis”

“ A nossa posição na sociedade depende sobretudo de termos objetivos na vida e de nos esforçarmos por os atingir”

Ou

“Por mais que façamos a nossa posição na sociedade depende sobretudo de coisas que não podemos controlar”

2. Vê ou não algumas diferenças entre a forma como as mulheres viviam na época da guerra colonial e o que vivem hoje em dia? Por exemplo, considerando: Profissão /família/maternidade; tradicional/moderno; autoritarismo/democracia [Indique também uma opinião sobre o seu próprio percurso]

3 Opiniões sobre as mulheres que acompanharam os maridos na guerra colonial

De uma maneira geral, o que pensa sobre as mulheres que acompanharam os seus maridos para as colónias?

ANEXO B – A entrevista: objetivos/blocos/questões

Tabela B.1 –correspondências: objetivos/blocos/questões		
Objetivos (modelo de análise)	Blocos	Perguntas
Conhecer a trajetória sociobiográfica das mulheres	Trajatória sociobiográfica	[Dados sociobiográficos]
	Percurso escolar Percurso profissional Trajetória familiar	A.1 A.2
Conhecer: a) os papéis sociais desempenhados pelas mulheres b) a relação entre trajetória sociobiográfica, valores e representações e papéis sociais desempenhados	Papéis sociais [A vida em África] Esfera pessoal: vida interior	1/1.1/1.2/1.3/1.5/D2/D3 Todas as questões [B]
	Esfera familiar: relação conjugal/educação e acompanhamento dos filhos	2.1/ 2.3/2.5 /2.6 /2.7
	Esfera social: sociabilidades e redes sociais	2.3/2.4/2.5/3.1/3.2
	Esfera profissional: atividade profissional	2.2/2.4 /3/3.1/3.2
Conhecer: valores, representações sociopolíticas e orientações sociais	(transversal a todos os blocos) Orientações sociais	A/B/1.4/1.5/D/D1/D2/D3

ANEXO C – Caracterização das entrevistadas: dados complementares

Tabela C.1 Dados complementares para a caracterização das entrevistadas							
Nome	Idade (1º saída)	Local/data	Posto inicial	Posto final	Partida	Regresso	Tempo * total (anos)
Joaquina	22	Angola -Negage/1969 a 1972 Luso/Vila Carvalho/ São Salvador do Congo – 1973/74	Tenente	Coronel	1969	1974	4
Celeste	25	Angola -Luanda /Henrique de Carvalho	Alferes	Sargento	1968	1975	7
Clementina	18	Angola - Negage -Nova Lisboa Guiné -1966 - Bissau Angola -1969 - Puri/ Carmona Angola -1970 - São Salvador do Congo/Luanda	Soldado/ Furriel	Sargento	1966	1972	7
Mariana	22	Angola - 1962-Uíge/Luanda/Catuache /Luanda Angola -1966 - Uíge/Noqui	Sargento	Coronel	1962	1974	7
Angélica	25	Guiné- Bissau- 1964/66 Moçambique - Bengala 1974 até 1976	Tenente	Capitão	1964	1976	4
Madalena	23	Angola - Malange	Alferes	Coronel	1968	1968	0,6
Natália	22	Guiné, Bissau - 1974	Capitão	Coronel	1974	1975	1
Hortência	25	Moçambique – 1960/Beira: Vila Gouveia	Sargento	Tenente	1968	1972	4
Lurdes	21	Moçambique – 1960/Beira: Vila Gouveia /Vila Manica Moçambique - 1963/ Marrupa /Belize / Vila Gouveia Moçambique- (1967/68) Belize /Ambrizete	Sargento	Capitão	1960	1974	14
Verónica	18	Angola – Luanda 1969 Luanda-1973	Sargento	Sargento	1974	1975	1,5
Joana	22	Guiné- Bissau 1967	Capitão	Tenente Coronel	1967	1968	0,6
Isaura	18	Moçambique – Nampula 1964 até 1975	Sargento	Capitão	1964	1975	11

*O tempo total de permanência inclui períodos de interrupção nas estadias das mulheres nas colónias (fins de comissão, férias, deslocações a Portugal por questões de saúde, etc.) Assim, o período de tempo decorrente entre as datas de partida para as colónias e o regresso a Portugal não correspondem exatamente à totalidade do tempo indicada.

ANEXO D – Tabelas de análise de conteúdo

1. Imagens do sistema de códigos/frequências – dados gerais

Tabela D.1 – Bloco A (Percurso pessoal)

Code System	Frequência
Code System	995
A:Percurso pessoal	0
A1:Dados sociobiográficos	0
Percurso geografico	13
Percurso profissional	22
Percurso Educacional	17
Familia de origem	27
Representações da infância_juventude	17
A2:Familia actual	0
circunstâncias em que conheceu o marido	38
Percurso_marido	37
Filhos	7

Tabela D.2 – Bloco B (A vida em África)

Code System	Frequência
B:A vida em África	0
B1:Contexto de partida	0
Expectativas	10
Opiniões sobre a guerra	14
Reacção da própria à ida do marido para as colonias	13
Motivos que a levaram a ir par as Colónias	0
Amor/conjugalidade	11
Parentalidade/Maternidade	4
Dever	8
Melhorar as condições de vida	1
Aventura	1
Liberdade	3
Reacção da familia à decisão de ir	14
Viagem	20
Impressões à chegada	16

B2:quotidianos durante a guerra	0
B2.1:Local_descrição/Organização vida quotidiana	0
Local	58
Interrupções da estadia nas colónias	15
Falta de condições	19
Boas condições	17
Esfera familiar	0
relacionamento conjugal	27
Ausencia do marido	26
Problemas do foro psiquico do marido	11
Educação e acompanhamento médico dos filhos	61
Consequências da estadia para os filhos	10
Comunicação com a família ausente	10
B2.2:Atividades e vivências	0
Actividade profissional	25
Relações sociais	1
Relações com militares	18
Relações com civis da metropole	13
convivio com indigenas	33
B2.3:Vida interior	0
Consequências da estadia para a própria	0
Percepções_Guerra/Dia a dia	11
Sofrimento	1
Inocência	7
tristeza	1
Solidão	10
Desespero	12
Prazer	27
Silêncio	4
Injustiça	6
Desiquilibrio/Perturbação	10
Insegurança	21
Protecção	20
Medo	28
B2.4:Relação com a instituição militar	0
Necessidade de apoios	21
Apoios recebidos	29

Tabela D.3 – Bloco C (Regresso a Portugal)

C:Regresso a Portugal	4
e1:dificuldades	31
e2:facilidades/vantagens	27
e3: Memórias do Tempo nas colónias	33
Voltar a África	13
D:Valores	0
Valores sociais e politicos	0
Participação política	3
democracia_autoritarismo	2
tradicional_moderno	5
profissão_família	10
F:Opinião sobre o papel das mulheres que foram	8

2. Imagens do sistema de códigos (dados comparativos: mulheres de sargentos e de oficiais)

Tabela D.4 – Motivos que as levaram a ir pra as Colônias

Code System	Sargentos	Oficiais
Motivos que a levaram a ir par as Colónias		
Amor/conjugalidade	5	6
Parentalidade/Maternidade	3	1
Dever	2	6
Melhorar as condições de vida	1	
Segurança	1	
Liberdade	3	

Tabela D.5 – Vida interior

Code System	Oficiais	Sargentos
Sofrimento	1	
Inocência	3	4
tristeza		1
Solidão	8	2
Desespero	6	6
Prazer	10	17
Silêncio	3	1
Injustiça	2	4
Desiquilibrio/Perturbação	8	2
Insegurança	4	17
Protecção	10	10
Medo	16	12

Tabela D.6 – Esfera familiar

Code System	Oficiais	Sargentos
Esfera familiar		
relacionamento conjugal	12	15
Ausencia do marido	11	15
Problemas do foro psiquico do marido	5	6
Educação e acompanhamento médi...	21	40
Consequências da estadia para ...	2	8
Comunicação com a familia ausente	4	6

Tabela D.7 – Esfera social

Code System	Oficiais	Sargentos
Relações sociais		1
Relações com militares	11	7
Relações com civis da metropole	6	7
convivio com indigenas	24	9

Tabela D.8 – Esfera profissional (mulheres de sargentos e de oficiais)

Code System	Oficiais	Sargentos
Esfera profissional		
Actividade profissional	9	16

Tabela D.9 – Relação com a instituição militar

Code System	Oficiais	Sargentos
B2.4:Relação com a instituição militar		
Necessidade de apoios	7	14
Apoios recebidos	10	19

3. Dicionário de categorias /frequências

Tabela D.10 - Dimensões/Categorias/Frequências/Dicionário de categorias
Code System [983]
A:Percurso pessoal [0]
Descrição da trajetória, descrição da família (da própria e da família de origem)
A1:Dados sociobiográficos [0] Percurso geográfico, profissional e educacional
Percurso geográfico [13]
Local de nascimento, locais onde viveu
Percurso profissional [22]
Profissão, carreira profissional, expectativas, ambições e projetos
Percurso Educacional [17]
O que estudou, em que locais; grau académico atingido
Família de origem [27]
(inclui a família do marido) Escolaridade e profissão dos pais; família de oposição ou família tradicional
Representações da infância e Juventude [17]
Qualquer tipo de memória que refira em concreto esses períodos
A2:Família atual [0] Dado sociodemográficos sobre a família de origem. Composição do agregado familiar atual; circunstâncias em que conheceu o marido
Circunstâncias em que conheceu o marido [38]
Circunstâncias em que conheceu o marido (namoro ... casamento...)
Percurso do marido [37]
Percurso escolar, académico e militar do marido; dados da sua família de origem. Inclui algumas características da sua personalidade que a esposa ache relevantes no contexto do seu percurso de guerra
Filhos [7]
Número de filhos, idades, onde nasceram
B:A vida em África [0]
B1:Contexto de partida [0] Contexto de partida (Reação da própria à ida do marido; Motivos que a levaram a ir; Viagem);Quotidianos durante a guerra (Impressões à chegada; Local ou locais onde viveu e como organizou a vida quotidiana; Atividades a que se dedicou e descrições de vivências; com quem se relacionava)
Expectativas [10]
As entrevistadas revelam quais as expectativas sobre a sua vida perante deslocação para África
Opiniões sobre a guerra [14]
Opiniões/posicionamento da própria e da família, sobre a guerra ou a vida militar, percepção do perigo, anteriores à ida para África.
Reação da própria à ida do marido para as colónias [13]
Atitudes e sentimentos perante a ida do marido/namorado.
Motivos que a levaram a ir para as colónias [0]
Inclui as decisões tomadas de voltar, durante as diversas comissões.
Amor/conjugalidade [11]
Desejo de viver a 'vida de casada' ao lado do marido.
Parentalidade/Maternidade [4]
Dever [8]

As entrevistadas referem o dever de acompanhar o marido, sem que outro motivo se sobreponha a este.
Melhorar as condições de vida [1]
A entrevistada indica a necessidade de melhor aspetos como por exemplo, condições habitacionais e o ambiente social que a rodeia.
Aventura [1]
A entrevistada sugere um desejo de aventura, de descoberta de novas vivências.
Liberdade [3]
A entrevistada indica a necessidade de se libertação ou mesmo de se libertar de pressões provenientes sobretudo da família de origem.
Reação da família à decisão de ir [14]
Opiniões, atitudes e sentimentos de familiares sobre a decisão da mulher ir para as colónias.
Viagem [20]
Data da viagem , que meio de transporte utilizou, quanto tempo demorou, como correu a viagem [descrições, sentimentos...] [apoios que teve por parte da instituição militar ou outra]
Impressões à chegada [16]
Descrições dos primeiros momentos ou primeiros dias em que chegou a África.
B2:quotidianos durante a guerra [0]
Trajétórias e atividades; profissão exercida; relações sociais; e profissionais; educação e acompanhamento dos filhos; dificuldades e facilidades sentidas; comunicação com familiares.
B2.1:Local_descrição/Organização vida quotidiana [0]
Local [58]
Descrição do local [localização geográfica, tipo de casa em que vivia e quais eram as condições materiais, rotina quotidianas mais gerais]
Interrupções da estadia nas colónias [15]
Deslocações a Portugal e volta devido a diversos motivos. (férias/novas comissões/motivos de saúde/familiares, etc.).
Falta de condições [19]
Sem condições materiais (alojamento, alimentação, condições de higiene, etc.).
Boas condições [17]
Boas condições materiais.
B2.2:Actividades e vivências [0] Esferas: familiar, social e profissional/Vida interior/Relação com a instituição militar
Esfera familiar [0]
Relacionamento conjugal [27]
Forma como as entrevistadas se relacionavam com o marido.
Ausência do marido [26]
Descrição da relação conjugal nesta situação específica; se houve alteração da relação durante a estadia e qual (se comunicava com o marido na sua ausência ou se o acompanhava).
Problemas do foro psíquico do marido [11]
Educação e acompanhamento médico dos filhos [61]
Dados sobre os filhos (nascimento, educação, sociabilidades, cuidados médicos, etc.) Consequências da guerra para os filhos.
Consequências da estadia para os filhos [10]
Relatos da existência de problemas psicológicos dos filhos em consequência da sua estadia nas colónias.
Comunicação com a família ausente [10]
Quando as entrevistadas comunicam com a família, que ficou em Portugal, ou quando contacta mcom familiares que se encontram igualmente nas colónias.
Esfera profissional [25]
Quais as atividades profissionais a que se dedicavam e onde as exerciam. Sentimentos sobre as mesmas.
Esfera social [0] Atividades sociais, de lazer, culturais e sentimentos gerais sobre essas vivências. Com quem convivia e descrição do relacionamento.
Relações com militares [18]
A s entrevistadas indicam se as suas relações sociais se centravam em pessoas pertencentes à instituição militar (militares e suas esposas)
Relações com civis da metrópole [14]
As entrevistadas indicam se as suas relações sociais se centravam em pessoas não pertencentes à instituição militar, na sua maioria civis que emigraram para as colónias ou mesmo seus familiares.
Convívio com indígenas [33]
Forma como as entrevistadas se relacionavam com os indígenas. Atitude geral dos portugueses face a estes.

(inclui questões de desigualdade de tratamento).
B2.3:Vida interior [0] Sentimentos ou emoções experimentados perante a vida do dia-a-dia ou perante a realidade da guerra.
Perceções sobre a Guerra/Dia a dia [11]
Como viviam a situação de guerra quotidianamente. Episódios marcantes ou simplesmente descrições sobre a guerra.
Sufrimento [1]
A entrevistada revela sofrimento perante as vivências quotidianas.
Inocência [7]
As entrevistadas referem sentir-se "à margem" da situação de guerra.
tristeza [1]
A entrevistada indica sentir tristeza perante no dia-a-dia, relacionada com a ausência do marido
Solidão [10]
As entrevistadas relatam episódios em que se sentiam sós (perante a ausência do marido ou simplesmente pouco apoiadas pelas pessoas que as rodeavam)
Desespero [12]
As entrevistadas relatam episódios que traduzem sentimentos de desespero, na sua maioria, relacionados com a situação de guerra.
Prazer/felicidade [27]
As entrevistadas relatam episódios agradáveis relacionados com as vivências do dia a dia
Silêncio [4]
As entrevistadas referem que não falavam sobre problemas decorrentes da situação de guerra
Injustiça [6]
Discorrem sobre sentimentos e opiniões que revelam a injustiça perante os indígenas. Revolta perante a situação de guerra.
Desequilíbrio/Perturbação [10]
As entrevistadas referem situações marcantes que revelam a existência de problemas de ordem psíquica ou mesmo física, que se repercutiram no futuro, em consequência da sua experiência nas Colónias
Insegurança [21]
Sentimentos de Insegurança, ou abandono
Proteção [20]
As entrevistadas sentem-se protegidas apesar de reconhecerem a existência de perigos decorrentes da situação de guerra.
Medo [28]
As entrevistadas referem ter sentido medo ou enfrentado situações de perigo.
B2.4:Relação com a Instituição Militar [0]
Qual; anterior e durante e após a estadia em África ;razões
Necessidade de apoios [21]
Quando as entrevistadas indicam ter tido necessidade de apoios por parte da Instituição militar ou quando se referem a processos que a instituição militar recorresse (ou não) para apoiar outras pessoas que não elas.
Apoios recebidos [29]
Descrição de apoios recebidos por parte da Instituição militar.
C:Regresso a Portugal [4]
Dificuldades e facilidades, em geral: vida quotidiana, mudanças da relação com elementos da família, inserção profissional, etc.
Dificuldades [31]
As entrevistadas e referem ter vivido situações problemáticas, quer estivessem diretamente relacionadas com a sua estadia nas colónias, (como por exemplo problemas com o marido), quer relacionados com a sua vida profissional ou social
Facilidades/vantagens [27]
As entrevistadas referem episódios que remetem para uma boa adaptação, ou, pelo menos, sem viverem situações problemáticas.
Memórias do Tempo nas colónias [33]
Memórias e opiniões sobre a vida em África.
Voltar a África [13]
D:Valores [0] Opiniões: sobre a política de guerra e o seu desenrolar nas colónias, na fase da descolonização; sobre a sua participação política; sobre o papel da mulher comparando o período de tempo em que se deslocaram às colónias e o tempo atual, discursando perante os binómios "democracia-autoritarismo", "tradicional-moderno" e "profissão-família". Opiniões sobre o papel das mulheres que se deslocaram para as colónias acompanhando os seus maridos militares.

D.1 Valores sociais e políticos [0]
Participação política [3]
Democracia_ autoritarismo [2]
Tradicional_ moderno [5]
Profissão_ família [10]
D.2 Opinião sobre o papel das mulheres que foram [12]

4.Dados complementares sobre as mulheres que prestaram depoimentos

Tabela D11 – Dados complementares sobre as mulheres que prestaram depoimentos					
Nomes	Motivações	Esfera familiar	Esfera social	Esfera profissional	Regresso
Ana	Tradicional	Não se referem a problemas familiares	Civis	Trabalhou	Regresso difícil
Beatriz			Militares	Não trabalhou	-----
Catarina			Militares	Trabalhou	Regresso difícil
Dulce			Militares	Trabalhou	Regresso difícil
Emília			Militares e civis	Trabalhou	Regresso difícil